

O SENAC se empenha em realizar permanentemente a reavaliação de seus objetivos, procurando adaptar-se às mudanças da realidade econômico-social do país.

São objetivos gerais do SENAC:

- Formar e desenvolver profissionalmente recursos humanos para as atividades terciárias tendo em vista a evolução e as necessidades do mercado de trabalho, a demanda social, a valorização profissional e o desenvolvimento sócio-econômico do país;

- Assessorar tecnicamente as empresas de Comércio e Serviços, em especial quanto aos recursos humanos;

- Valorizar as atividades de Comércio e Serviços em função do desenvolvimento sócio-econômico do país;

São seus objetivos específicos:

- Realizar a iniciação, a habilitação, a qualificação, o aperfeiçoamento e a aprendizagem da mão-de-obra menor e adulta, empregada, desempregada e candidata a emprego nas atividades terciárias;

- Orientar a sua clientela não empregada para o mercado de trabalho;

- Realizar programas de atualização e aperfeiçoamento para os quadros dirigentes das empresas;

- Realizar, programas de formação profissional com outras entidades, através de acordos e convênios;

- Prestar assessoria às empresas do setor de comércio e serviços, através da difusão de estudos, pesquisas e novas técnicas, em especial com relação aos recursos humanos;

- Realizar e divulgar estudos sobre o setor terciário, sua dinâmica, características e contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico do país.

DOC. 24**DIAGNÓSTICO DO SETOR TERCIÁRIO****APRESENTAÇÃO**

O SENAC realiza, no momento, um trabalho de âmbito nacional, levantando a estrutura e a dinâmica do setor terciário, nos aspectos que interessam para formulação de política e programa de ação no campo da formação profissional. Contando com recursos de um fundo especial de projetos, de caráter redistributivo, e com a própria rede de Administrações Regionais, foi possível realizar a tarefa em curto prazo e razoável uniformidade. Da mesma forma, pôde a Entidade contratar profissionais estranhos aos seus quadros e realizar convênios com órgãos de pesquisa, o que permitiu integrar a experiência institucional com a visão interdisciplinar de outros enfoques.

A oportunidade oferecida pelo Boletim Técnico, de levar a público uma primeira análise do volumoso conjunto de dados e estudos disponíveis, alguns já publicados a nível regional, teria de ser aproveitada. Evidentemente, caberia aqui registrar todos os que participaram e contribuíram — externos e dos quadros do SENAC — para o empreendimento como um todo. Não sendo isto possível — pela quantidade — fica, entretanto, o agradecimento ao Dr. R. N. Dannemann em exercício da direção geral do DN durante grande parte do trabalho.

Finalmente, cumpre ressaltar a unidade institucional evidenciada na compreensão e iniciativa de todos os dirigentes da Entidade — presidentes, conselheiros e diretores — que souberam criar as condições para que fosse possível a efetivação da tarefa.

João Carlos Alexim
Diretor do Centro de Pesquisas e Planejamento

I Análise Qualitativa do Setor Terciário

1. Caracterização do Setor Terciário

1.1. Aspectos Gerais da Dinâmica da Economia Terciária

A economia terciária tem sido objeto de diversas análises e formulações. Dos vários pontos de vista de que a abordam os analistas do Setor Terciário, duas variáveis ressaltam com nitidez: *excedente de mão-de-obra e acumulação de capital*:

As relações que guardam entre si essas variáveis definem o espaço de divergência das várias abordagens. A primeira é a Teoria da Marginalidade Urbana, ou seja, do excedente de mão-de-obra. Tal excedente seria uma conseqüência passiva da pobre base capitalística das economias latino-americanas, onde um Setor Terciário "inflado" funciona como um celeiro de mão-de-obra de reserva. A segunda abordagem nega o aspecto passivo dessa relação e prefere identificar uma interação entre as duas variáveis, de forma a compreendê-las como uma unidade dinâmica cujos movimentos estão submetidos a leis identificáveis pela ciência social. Esta segunda abordagem transcende em profundidade os níveis classificadores da primeira e é, por isso, adotada como modelo explicativo da dinâmica de economia terciária. Seus pontos fundamentais podem ser assim resumidos:

- a. existe uma hipertrofia terciária na distribuição da Força de Trabalho;
- b. a economia brasileira tem uma base capitalística limitada, isto é, carece de capital suficiente para dinamizar todos os seus setores;
- c. o crescimento global da economia se faz com alocação do capital nas áreas propriamente capitalísticas, concorrendo para isso parte significativa do setor terciário que cresce horizontalmente, utilizando pequeno montante de capital;
- d. dessa maneira, a aparente "inchação" do terciário esconde um mecanismo fundamental da acumulação, a "colonização": o baixo padrão de remuneração e a pequena absorção de capital, características do setor "colonizado", transferem para o setor de porte capitalista parte de sua renda;
- e. o crescimento horizontal do terciário não configura uma anomalia, um celeiro de mão-de-obra ociosa, mas um componente necessário ao processo de acumulação global e à expansão capitalista;

- f. a expansão da base capitalística vai permitir o fluxo crescente de capital para uma parcela do terciário que, por ser mais rentável, o absorve e se moderniza;
- g. enquanto não houver abundância de capital, o setor "atrasado" do terciário continuará ocupando (e subocupando) o excedente de mão-de-obra, cooperando para o processo de acumulação.

1.2. Dimensões e Particularidades do Setor Terciário

Do ponto de vista da distribuição da Força de Trabalho, o Setor apresenta certas características que devem ser consideradas como vetoras de uma análise mais pormenorizada:

- a. A força de trabalho total do Setor cresceu, entre 1940 e 1970, de 25,9% para 37,8% da força de trabalho total.
- b. Aproximadamente 1/3 da População Economicamente Ativa está situada no Terciário.
- c. A participação do Setor Terciário no Produto Interno Bruto (PIB) é, atualmente, da ordem de 50%.
- d. Os estudos que cientistas sociais têm realizado sobre o Setor indicam algumas particularidades importantes:
 - d.1. Os Serviços de Produção (Comércio de Mercadorias, de Imóveis, de Valores Imobiliários, Serviço de Crédito, Transporte, Comunicações e Armazenagem) cresceram como decorrência do processo de desenvolvimento industrial e urbano, embora isso não signifique que eles estejam, necessariamente, se modernizando.
 - d.2. Os Serviços de Consumo Coletivo (Serv. Governamentais, Atividades Sociais, Educação, Previdência Social, etc) experimentaram um crescimento muito elevado — 5,6% (1950) a 8,9% (1970) — em virtude da diversificação das funções do Estado e do aumento da procura para os serviços de saúde e educação.
 - d.3. Também o "modelo" de desenvolvimento econômico do país induz a um crescimento elevado da Força de Trabalho no sub-setor Serviços Pessoais. Entre os vários fatores relacionados, o principal é a *queda da renda real* que atua em dois níveis: (1) força a mão-de-obra feminina sem qualificação a buscar emprego (doméstico principalmente) e (2) estimula a mão-de-obra feminina, principalmente das classes de renda média, a buscarem emprego nessas atividades (sociais, educação, etc).

- d.3.1. — O índice de crescimento da participação feminina no emprego terciário é bastante elevado no período de 1950 a 1970 (43%).
- Tal crescimento se deve principalmente ao aumento das “atividades domésticas remuneradas”.
 - A participação feminina nas atividades de “Comércio e Mercadorias” cresce mais nas regiões menos desenvolvidas. (N, NE)
 - Nas atividades de “Transporte, Comércio e Armazenagem” crescem mais nas áreas desenvolvidas. (SE, S)
 - A participação na atividade “Administração Pública” tanto masculina como feminina cresce mais nas regiões menos desenvolvidas.
 - Em “Atividades Sociais” é bem maior o índice de crescimento da MO/feminina.
 - Com exceção de “Prestação de Serviços” e “Atividades Sociais”, é maior em todos os subsetores a contribuição masculina para os *novos* empregos.
- d.4. Aproximadamente 1/3 da força de trabalho terciária encontra-se situada nos setores “tradicionais”.
- d.5. É o Terciário o principal responsável pela absorção do excedente feminino do Setor Primário.
- d.6. O Terciário apresenta taxas mais elevadas da Força de Trabalho com escolaridade secundária e superior: 30% contra 16% no setor secundário e 1% no primário.
- d.7. Esses estudos levam à suposição de que existe alta correlação entre Níveis de Escolaridade e Renda.
- d.8. Os mesmos estudos revelam que o principal fator de promoção no emprego no Setor Terciário é o Nível de Qualificação da Mão-de-Obra, seguido do grau de Industrialização e do Rítmo de Urbanização, sendo que a promoção é, antes de mais nada, condicionada pela oferta real de emprego no Setor.

2. Aspectos Gerais da Situação da Força de Trabalho Terciária no Brasil

2.1. População Economicamente Ativa

- a. No quadro demográfico brasileiro ressaltam duas características que situam o Brasil entre os países jovens; 53% dos homens e 57%

das mulheres no total da força de trabalho, tem idades que variam de 15 a 34 anos, sendo que o setor Terciário, considerando a mesma variação, é composto de 53,6% de homens e de 64,6% de mulheres.

- b. No quadro de evolução populacional observa-se que o crescimento ainda é elevado embora esteja sendo ligeiramente atenuado. Essa diminuição das taxas de crescimento demográfico é mais sensível nos Estados mais desenvolvidos. (SP p/ex.)
- c. A expectativa de vida vem se ampliando gradativamente, assim como decresce a mortalidade infantil e insalubridade, com diferenças nítidas entre as diversas regiões.
- d. A pirâmide etária apresenta a característica comum aos países do terceiro mundo: dilatada em sua base e estreitando em direção ao vértice, apresentando a idade média relativamente baixa.
- e. Uma análise da evolução da distribuição etária da força de trabalho brasileira realizada pelo IPEA revela uma acentuada concentração no contingente jovem. Esta concentração era mais acentuada no decorrer das 3 últimas décadas do século passado, sofrendo a partir de então um pequeno declínio. Nas 7 décadas seguintes o índice foi decrescendo até 1960, passando a estabilizar-se no período 60-70. Em 60 o número de pessoas com idade inferior a 25 anos era de 61,65% e em 70 era de 61,68% respectivamente da população total.
- f. A diminuição da parcela jovem mostra uma tendência a modificação da pirâmide em direção ao tipo que caracteriza os países desenvolvidos, ou seja, mais estreita na base e larga no seu bojo.
- g. Se relacionarmos tal tendência com os dados do crescimento da economia, concluiríamos que nos próximos anos haveria um declínio da participação do contingente jovem na força de trabalho. No entanto, tal fato não deverá acontecer em virtude de:
 - O acelerado crescimento da participação feminina
 - A migração de população jovem das áreas rurais para as áreas urbanas.

2.2. Participação na Força de Trabalho por Idade e Sexo

- a. A idade média do contingente feminino é bastante inferior que a do grupo masculino. (30,7 e 35,2 respectivamente).
- b. Verifica-se atualmente uma maior participação do contingente feminino na população economicamente ativa.

- c. Atualmente 20% da população economicamente ativa total compõe-se de mulheres, essa participação é ainda maior no setor terciário (38%).
- d. Com o aumento da participação relativa, do contingente feminino mais jovem a idade média global do terciário deverá portanto diminuir.

Mas essa tendência segundo análise do IPEA possui fatores atenuantes:

1. A maior parcela de mulheres economicamente ativas é absorvida no Setor Prestação de Serviços Pessoais (37,6%, em 1970)
2. A mão-de-obra deste ramo exibe o mais baixo grau de escolaridade (28% do ramo em 1970 não haviam cursado sequer a 1ª série do 1º grau)
3. A importância relativa da Prestação de Serviços Pessoais no total ativo (e no terciário) deverá declinar a longo prazo, caso prossiga o comportamento observado historicamente nos mais diversos países e indicado pela tendência brasileira.

Dessa forma a maior participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, muito provavelmente se dará em atividades mais dinâmicas que exigem maior qualificação profissional, o que seria fator de um aumento relativo (ou diminuição menos acentuada) da idade média da mão-de-obra ativa. De qualquer forma, essa alteração na idade média não corresponderia a uma diminuição da participação do contingente jovem na população ativa global.

2.3. Movimentos Migratórios e a Força de Trabalho

- a. De acordo com os dados da evolução das correntes migratórias inter e intra-regionais nas últimas décadas houve uma tendência à formação e/ou expansão de centros regionais de atração de migrantes, tendo diminuído o fluxo nordeste/centro-sul.
- b. Em quase todas as regiões (exceção do Estado do Rio de Janeiro e da Região Centro-Oeste) houve um acréscimo de importância nos movimentos intra-regionais em detrimento dos fluxos inter-regionais. A tendência da migração rural-urbana e interior-capital se concentra em polos regionais. É o exemplo de Recife como principal polo absorvedor dos fluxos no Nordeste, e as grandes cidades do interior como polos secundários.

- c. O contingente que demanda os polos absorvedores de mão-de-obra se caracteriza por dois traços significativos: baixa escolaridade e faixa etária jovem.
- d. As atividades terciárias absorvem a parcela mais significativa desse contingente, concentrando-se principalmente nas atividades mais "tradicionais": Comércio de Mercadoria e Prestação de Serviços.

2.4. A Terciarização do Setor Secundário

Alguns aspectos devem ser considerados na análise da dependência entre o nível de industrialização e a variação do contingente ativo terciário.

Um dos aspectos se relaciona com a MO terciária ligada à produção industrial.

Analisando a composição da mão-de-obra nos diversos gêneros industriais (v. quadro 1) constata-se que a percentagem de MO indireta (caracteristicamente terciária) no total do emprego é em geral mais elevada no grupo das *indústrias dinâmicas* (ou que apresentam maiores taxas de crescimento do valor real da produção) que nos tradicionais.

Analisando a tabela verifica-se que a capacidade de absorção de mão-de-obra indireta é menor nas empresas pequenas do que nas grandes. A explicação do fenômeno está no fato de que as empresas menores aplicam métodos menos padronizados ou semi-artesanais que exigem menor relação capital/trabalho.

Em contrapartida, as empresas maiores se caracterizam pelo uso intensivo de capital com capacidade limitada de absorver MO direta e uma tendência de maior crescimento da MO indireta, isto é, na medida em que a empresa tende a sofisticar-se, ou seja, em que ela dependa de maior produção interna (serviços terciários) há uma necessidade de maior complexidade administrativa e organizacional, o que constitui indicador de maior produção de serviços terciários no âmbito da indústria. Este é o chamado fenômeno da terciarização do setor secundário e que em termos de SENAC equivale dizer que grande parte do pessoal preparado (ou a ser preparado) pelo SENAC é (ou será) absorvido pelo setor secundário.

QUADRO 1.

PROPORÇÃO DO PESSOAL NÃO LIGADO DIRETAMENTE À
PRODUÇÃO NO TOTAL EMPREGADO NA INDÚSTRIA – 1969

em %

Gêneros Industriais	Número de Pessoas Empregadas	Classes		
		De 50 a 99	1000 e Mais	Todas as Classes
1. Dinâmicos				
Material Elétrico e de Comunicações	17,9	20,8	21,1	
Material de Transporte	17,1	32,8	26,5	
Mecânica	18,9	29,5	23,3	
Química	28,5	30,5	26,9	
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	48,4	53,0	47,8	
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	38,2	26,5	39,8	
Produtos de Matérias Plásticas	15,0	20,1	18,4	
Papel e Papelão	13,4	13,9	15,9	
Borracha	14,5	12,0	15,6	
Metalúrgica	15,0	18,7	17,5	
Minerais não-Metálicos	12,6	16,0	15,4	
2. Tradicionais				
Mobiliário	16,6	19,4	17,5	
Editorial e Gráfica	21,2	43,8	28,5	
Fumo	14,3	15,3	16,3	
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	11,6	12,3	12,6	
Madeira	10,1	31,7	13,0	
Produtos Alimentares	21,9	28,9	22,2	
Bebidas	35,9	23,0	34,0	
Têxtil	12,4	8,0	9,5	
Couros, Peles e Produtos Similares	10,8	6,6	12,0	
Diversas	16,0	25,3	20,2	
Indústria de Transformação	17,0	21,7	19,4	

FONTES: *Produção Industrial, 1969* (IBGE/DEICOM, 1969), e informações de E. L. Bacha *et alii*, *Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra: uma interpretação do problema e seu debate* (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972). Publicado no Relatório 23 do IPEA.

II Análise Quantitativa do Setor Terciário

1. Estrutura e Evolução da Força de Trabalho e do Produto Setorial

1.1. Estrutura Setorial da Força de Trabalho e do Produto Real:

SETORES	FORÇA DE TRABALHO (1970)	PRODUTO (1968)
1 Primário	44,3	17,7
2 Secundário	17,9	28,5
3 Terciário	37,8	53,8
Brasil	100,0	100,0

FONTE: Censo Demográfico 1970

Modelo de Diagnóstico Sócio-Econômico CPP – DN – 1974

1.2 Evolução da Força de Trabalho: 1940/1970

CRESCIMENTO RELATIVO DOS SETORES	FORÇA DE TRABALHO (%)
Primário	– 30,0
Secundário	80,0
Terciário	40,0

1.3 Evolução do Produto Real (%)

SETORES	1947	1968
Primário	27,6	17,7
Secundário	19,8	28,5
Terciário	52,6	53,8
Brasil	100,0	100,0

FONTE: Tabela.2 – Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil – Relatório 23 – IPEA – 1974

Analisando as Tabelas 1.1 e 1.2 verificamos que apesar do crescimento relativo da FT registrado no Setor Secundário (80%), os Seto-

res Primário e Terciário apresentam os maiores índices de absorção da força de trabalho (44,3, 37,8) respectivamente.

Essa situação tende a se manter, visto que nas três últimas décadas, as taxas médias de crescimento por Setor apresenta os seguintes resultados:

1.4. Taxas de Crescimento Relativo: da Força de Trabalho

SETORES	1940-50	1950-60	1960-70
Primário	1,3	1,7	0,7
Secundário	5,2	2,0	5,9
Terciário	2,2	5,4	3,9

FONTE: Quadro VI-6 Relatório de Pesquisa nº 18 – IPEA –

Do lado do produto (tabelas 1.1, 1.3) considerando sua evolução (47/68) constata-se um contínuo decréscimo do Setor Primário. O Setor Secundário apesar de apresentar o maior crescimento na geração do produto, sua participação relativa em relação aos demais setores está aquém da apresentada pelo Terciário, o que demonstra o caráter ainda incipiente da industrialização brasileira.

No que diz respeito ao Setor Terciário, o baixo crescimento no período de 1947/68, estaria indicando um certo estacionamento de sua participação relativa na formação do produto. Entretanto, se considerarmos as mudanças na política econômica brasileira, dos períodos 1960/67 e 1967/70, verificamos que o produto do Terciário apresenta elevadas taxas médias de crescimento 4,7 e 8,9 respectivamente (Conjuntura Econômica Vol. 25 – setembro 1971 nº 9).

Concluindo, mantidas essas tendências, o Setor Terciário deverá continuar, a longo prazo, como principal gerador do produto, transformando-se na principal fonte absorvedora de mão-de-obra.

2. Participação Regional no Total do Produto Real e Força de Trabalho do Setor Terciário

Considerando que a absorção relativa da força de trabalho do Setor Terciário no conjunto da economia é de 37,8%, e a participação relativa no produto real é de 53,8%. Uma análise da participação regional no total da FT e do produto do Setor Terciário, apresenta o seguinte quadro:

2.1. Índices de Participação Regional: Folha de Trabalho e Produto

FORÇA DE TRABALHO (1970) 37,8 = 100,0		PRODUTO (1968) 53,8 = 100,0
SE	57,0	65,7
S	15,3	16,0
NE	20,0	12,1
CO	4,8	3,9
N	2,9	2,3

FONTE: Sistema Contas Nac. Metod. e Quadros – FGV – Quadros 10,11,12 – set. 74
Censo Demográfico do Brasil, 1970 – IBGE

Conforme a análise da tabela 2.1, deduz-se que as Regiões mais industrializadas (SE, S) apresentam maior participação na geração do produto do que em termos de absorção da Força de Trabalho invertendo-se essa situação nas demais regiões.

Considerando o comportamento dos outros setores econômicos, esse fenômeno indica que nas regiões mais desenvolvidas, o produto por pessoa ocupada no Setor Terciário é maior que naquelas regiões menos desenvolvidas, mostrando assim que a industrialização requer maior participação do Terciário moderno. Adicionalmente cabe destacar que a distribuição percentual da força de trabalho por regiões, segundo as classes de atividade (tab. 2.1.1), apresenta estrutura semelhante aos índices médios regionais considerados na tab. 2.1 deste trabalho, o que não anula as diferenças da força de trabalho de região para região como será demonstrado mais adiante.

Pela leitura da tabela a.1, constata-se que a distribuição do produto é mais ou menos homogênea de região para região. A Classe de Atividade que em todas as regiões contribui com maior peso na geração do produto é Comércio de Mercadorias, seguida de Governo, excetuando-se a região Centro-Oeste onde a situação é inversa. Esses dois componentes do Terciário são responsáveis por mais da metade do produto em todas as regiões.

A análise da tabela a.2 oferece uma visão mais operacional sobre o comportamento de cada classe de atividade.

Observa-se que o crescimento do produto do Setor Terciário do país bem como das regiões, é mais vigoroso na segunda década em análise,

2.1.1. Distribuição Percentual da Força de Trabalho, por Regiões, Segundo Classes de Atividades – 1970 (%)

Regiões	Comércio de Mercadorias	Prestação de Serviços	Transportes, Comunicação e Armaz.	Outras Atividades	Atividades Sociais	Administração Pública	TOTAL do Setor Serviços
SE	53,2	58,6	58,2	63,2	53,7	54,6	57,0
S	16,0	14,2	15,9	13,5	18,0	15,3	15,3
NE	22,9	20,2	18,5	16,9	20,1	19,5	20,0
CO	4,2	4,9	4,2	4,1	4,9	6,7	4,8
N	3,7	2,1	3,2	2,3	3,3	3,9	2,9
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: – Censo Demográfico – 1970 – Brasil
– O Setor Terciário do Brasil – CPP-DN – 1975

3. Participação do Produto Real e da Força de Trabalho por Classes de Atividades do Setor Terciário dentro da Região

a. Participação e Crescimento do Produto

a.1. Participação do Produto por Classes de Atividades Dentro da Região

Regiões	Total	Comércio de Mercadorias	Int. Financeiros	Governo	Transporte	Outros Serviços
SE	100,0	41,2	13,6	21,2	13,4	10,6
S	100,0	49,0	10,8	21,0	11,3	7,9
NE	100,0	42,3	10,3	25,7	12,7	9,0
CO	100,0	32,5	9,9	32,8	13,9	10,9
N	100,0	46,2	7,7	25,3	13,8	7,0
BRASIL	100,0	42,4	12,5	22,3	13,0	9,8

FONTE: Sistema de Contas Nacionais – Metodologia e Quadros Estatísticos FGV – Quadros 10, 11, 12 Setembro – 1974

O Setor Terciário do Brasil – CPP – DN – 1975

a.2. Crescimento da Renda Real Interna Líquida do Setor Terciário,
Segundo as Classes de Atividades por Regiões (1949 – 1970)

Regiões	Comércio Interno Mercad.		Intermediário Financeiro		Governo		Transporte e Comunicações		Outros Serviços		Setor Terciário (Total)	
	49-59	59-70	49-59	59-70	49-59	59-70	49-59	59-70	49-59	59-70	49-59	59-70
SE	95,1	155,1	64,6	203,2	95,6	133,9	74,2	77,2	67,6	96,0	87,1	121,5
S	110,6	214,4	76,0	207,9	110,6	174,6	79,8	83,7	88,3	75,9	104,6	168,6
NE	118,8	73,7	50,4	240,6	91,3	171,6	51,2	74,1	84,6	43,2	90,7	116,8
CO	233,4	245,6	128,3	538,3	128,5	631,7	117,0	304,7	149,1	284,3	167,8	380,6
N	182,3	96,5	44,7	236,0	86,2	155,4	47,1	102,8	85,0	61,4	110,9	135,2
Brasil	105,1	149,8	65,1	212,7	97,3	154,9	71,9	82,6	74,5	88,8	91,4	132,6

FONTE: Sistema Contas Nacionais – Metodologia e Quadros Estatísticos – FGV Quadros 10,11,12 Setembro 1974
O Setor Terciário do Brasil CPP-DN – 1975

destacando-se “Intermediários Financeiros”, “Governo” “Comércio de Mercadorias” e “Transporte e Comunicações”

Dentro da Classe Comércio de Mercadorias, as regiões que apresentaram maior crescimento na segunda década são Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Em termos da Classe Intermediários Financeiros, vale destacar que todas as regiões apresentam elevados índices de crescimento, sobressaindo-se as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Apreciando a Classe Governo constata-se que o maior crescimento registra-se na região Centro-Oeste; bastante distanciada desta, situam-se as regiões Sul e Norte.

Em Transportes e Comunicações a região Centro-Oeste torna a liderar os altos índices de crescimento seguida a uma distância considerável, das regiões Norte e Sul.

Entretanto, apesar de os maiores índices de crescimento se situarem nas regiões menos desenvolvidas, notadamente a região Centro-Oeste e excetuando a Região Sul, a Região Sudeste apresenta uma das menores taxas de crescimento do produto real. Todavia isto não é suficiente para tirar desta região a sua maior contribuição no acréscimo do produto real do setor, uma vez que o Setor Terciário na região Sudeste é de dimensão tão superior que mesmo apresentando uma das menores taxas de crescimento não perderá sua posição de liderança como ficou demonstrado pela tabela 2.1.

b. Participação da Força de Trabalho Terciário por Classes de Atividades

b.1. Participação da Força de Trabalho Terciário por Classes de Atividades Dentro da Região

Regiões	Comércio de Mercadorias	Prestação de Serviços	Transportes, Comunicação e Armaz.	Outras Atividades	Atividades Sociais	Administração Pública	TOTAL do Setor Serviços
SE	53,2	58,6	58,2	63,2	53,7	54,6	57,0
S	16,0	14,2	15,9	13,5	18,0	15,3	15,3
NE	22,9	20,2	18,5	16,9	20,1	19,5	20,0
CO	4,2	4,9	4,2	4,1	4,9	6,7	4,8
N	3,7	2,1	3,2	2,3	3,3	3,9	2,9
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: - Censo Demográfico - 1970 - Brasil
- O Setor Terciário do Brasil - CPP-DN - 1975

A exemplo da análise do produto por regiões, a participação das diversas Classes de Atividade do Terciário em termos de absorção da força de trabalho, apresenta uma estrutura mais ou menos homogênea de região para região, sendo que a maior participação concentra-se em Prestação de Serviços seguida de Comércio de Mercadorias, e, bastante distante encontram-se Atividades Sociais, Administração Pública e Outras Atividades.

Uma análise sobre a participação de cada classe dentro da região torna-se repetitiva se considerada a estrutura homogênea do Setor. Entretanto, se considerarmos a participação de cada Estado por Classe de Atividade e seu respectivo peso dentro da região, verificaremos que os Estados mais representativos são:

b.1.1. Estados com Maior Participação na Força de Trabalho por Regiões Segundo Classe de Atividade

Estados	Comerc. Merc.	Trans. Com. Armaz.	Prest. Serviço	Ativ. Sociais	Adm. Pública
PA	70,0	71,0	74,0	65,0	69,0
BA	31,0	28,0	32,0	25,0	24,0
PE	26,0	26,0	27,0	23,0	28,0
CE	7,0	11,0	10,0	15,0	12,0
MA	9,0	8,0	7,0	8,0	6,0
PB	9,0	7,0	8,0	9,0	7,0
SP	53,0	50,0	49,0	43,0	41,0
MG	19,0	19,0	23,0	24,0	16,0
GB	16,0	17,0	17,0	21,0	28,0
RS	49,0	46,0	51,0	50,0	55,0
PR	38,0	38,0	35,0	33,0	31,0
GO	—	—	—	—	—

NOTA: Na Região CO, o destaque cabe ao Estado de Goiás, entretanto, por falta de dados globais da Região CO, não foi possível medir a participação do Estado.

FONTE — Diagnósticos Estaduais realizados pelos Departamentos Regionais do SENAC.

Apreciando a tabela b.2, observamos que a região Centro-Oeste apresenta os maiores índices de crescimento relativo em todas as classes de atividade, tal como ficou explicado com relação ao crescimento do produto, vindo em seguida com considerável distância, a região Sul, cujos índices médios de crescimento relativo por classe de atividade superam a média do Brasil, exceto Administração Pública.

A região Sudeste apresenta índices próximos da média do Brasil. Todavia deve-se destacar o fato de que o maior crescimento absoluto em todas as classes de Atividade registrou-se nesta Região. As regiões Norte e Nordeste apesar de apresentarem os mais baixos índices de crescimento relativo bem como a menor participação absoluta, ambos são expressivos, uma vez que se situam próximos do crescimento médio nacional por classes de atividades.

b.2. Crescimento da Força de Trabalho no Setor Terciário, por Regiões, segundo Classes de Atividade – 1950/1970 (Em nºs absolutos e %)

Regiões	Crescimento da FT do Terciário		Comércio de Mercadorias		Prestação de Serviços	
	Nº Abs.	%	Nºs Abs.	%	Nºs Abs.	%
Norte	183 190	128,9	49 120	143,1	33 915	79,7
Nordeste	1 174 396	110,1	268 290	106,8	271 381	58,8
Sudeste	3 654 093	134,8	668 931	125,1	1 114 180	110,4
Sul	1 078 308	171,3	229 811	174,6	299 493	138,4
Centro-Oeste	451 217	554,3	80 150	520,1	148 725	501,7
Brasil	6 541 204	141,3	1 296 302	134,0	1 867 694	106,2

Regiões	Transportes, Comunicação e Armazenagem		Atividades Sociais		Administração Pública		Outras Atividades	
	Nºs Abs.	%	Nºs Abs.	%	Nºs Abs.	%	Nºs Abs.	%
Norte	12 776	46,8	32 970	213,5	25 948	140,2	28 461	701,9
Nordeste	95 001	70,4	210 136	245,2	128 101	132,4	201 487	546,3
Sudeste	295 355	68,9	518 926	191,1	323 838	106,1	732 863	454,0
Sul	102 118	106,0	199 564	307,9	92 591	110,5	154 731	421,9
Centro-Oeste	40 916	364,6	63 719	816,7	64 853	510,0	52 854	1 145,5
Brasil	546 166	78,2	1 025 315	230,2	635 331	122,9	1 170 414	480,3

FONTE: Censos Demográficos do Brasil – 1950 e 1970
O Setor Terciário do Brasil CPP – DN – 1975

Para efeito de maior detalhamento da participação e crescimento da força de trabalho por Classe de Atividade do Setor Terciário, a nível estadual. Consultar o anexo 1.

4. Visão Dinâmica do Setor Terciário

4.1. Índice do Produto Médio Por Trabalhador e Preços Relativos 1950 – 1970

	ANO	PC/FT	PR/FT	PC/PR
Comércio de Mercadorias	1950	1,67	1,70	0,98
	1960	1,43	1,65	0,86
	1968	1,05	1,41	0,74
Transporte e Comunicações	1950	0,84	0,93	0,90
	1960	0,85	1,17	0,72
	1968	0,90	1,46	0,62
Finanças e Governo	1950	2,31	2,15	1,07
	1968	2,86	2,17	1,32
Setor Terciário	1950	1,92	1,95	0,98
	1960	1,57	1,53	1,03
	1968	1,47	1,39	1,06

FONTE: Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil – Relatório 23 – IPEA

CÓDIGO PC/FT: Participação Percentual no Produto a Preços correntes ÷ Participação Percentual na FT.

PR/FT: Participação Percentual no Produto a Preços Constantes ÷ Participação Percentual na FT.

PC/PR: (Preços relativos): Relação entre as Participações a Preços Correntes e Constantes no Produto.

Numa apreciação dinâmica do Setor Terciário, isto é, relacionando a Força de Trabalho com o Produto gerado a preços constantes e a preços correntes obtém-se o índice do produto médio por trabalhador. Os preços relativos, evidenciam o impacto provocado pelo produto de cada Classe de Atividade dentro da economia.

Aplicando esses conceitos à análise do comportamento de cada atividade verificamos que o setor de Comércio e Mercadorias que é uma das principais atividades do Setor Terciário, quer seja em termos de absorção de mão-de-obra quer seja em termos de gerador do produto, experimentou taxas de crescimento inferiores à média setorial. Em outras palavras, o produto médio por trabalhador, tanto a preços constantes como correntes apresentou um acentuado decréscimo; esse mesmo fenômeno verificou-se com os preços relativos, fato que é interpretado como uma diminuição na procura por parte do consumidor bem como um certo grau de baixa produtividade.

Em transporte e Comunicação o valor do produto médio por trabalhador experimentou aumentos, tanto a preços constantes como a preços correntes, apesar de que os preços relativos apresentaram considerável diminuição o que reflete um alto grau de produtividade, o que indica que os ganhos de produtividade teriam beneficiado o consumidor sob a forma de redução dos preços.

Uma outra dimensão é apresentada por Finanças e Governo, pois tanto o produto médio por trabalhador (preços constantes e correntes) bem como os preços relativos, experimentaram considerável aumento o que é interpretado como sendo a oferta destes serviços inferior à demanda.

Finalmente, analisando o comportamento do Setor Terciário em função da economia como um todo, verifica-se uma diminuição do produto médio por trabalhador tanto a preços constantes e a preços correntes. Entretanto, ao longo do período analisado registra um aumento dos preços relativos, indicando uma contínua modernização do setor, embora a um ritmo aquém do necessário.

Concluindo, a atividade "Comércio de Mercadorias" apesar de experimentar os menores índices de crescimento médio por trabalhador, fato que a caracteriza como um dos ramos tradicionais — em termos agregados — por longo prazo continuará desempenhando importante papel dentro da economia setorial, tanto em termos de absorção da Força de Trabalho como na geração do Produto.

Transportes e Comunicações que embora apresentem taxas de produtividade favoráveis à economia, ainda podem ser considerados uma classe com incipiente capacidade quanto à geração de produto, bem como na absorção da Força de Trabalho.

Intermediários financeiros que apresentam elevadas taxas de produtividade assim como elevado crescimento na geração do produto e na

absorção da Força de Trabalho (Tabela 4.4 em "Outras Atividades") destacam-se como um dos ramos mais modernos do setor Terciário com acentuada tendência de crescimento no produto e na absorção da força de trabalho.

5. Áreas Prioritárias

Dentro de cada uma das classes de Atividades, do Setor Terciário foram identificadas as subclasses prioritárias, considerando-se três pontos principais:

- 1) o peso da mesma, isto é, a sua participação na classe, em termos de força de trabalho;
- 2) compatibilização da formação específica requerida pela subclasse com objetivos do SENAC (eliminação de áreas que requerem formação não compatíveis com os objetivos da instituição, como por exemplo Ensino, Defesa e Segurança, etc);
- 3) acentuados índices de crescimento absoluto e relativo apesar de pouca representatividade em termos de absorção da mão-de-obra. (por exemplo, Conservação de Edifícios).

Em função desses critérios, na tabela 5.1 são relacionadas as subclasses mais expressivas e que foram consideradas como prioritárias dentro das classes de atividades do setor Terciário.

5.1. Subclasses mais Expressivas dentro das Classes de Atividades do Setor Terciário do Brasil

Classe de Atividade	Nº de Pessoas Ocupadas na Classe (x 1000) 1970	Subclasses	Nº de Pessoas Ocupadas na Subclasse (x 1000) - 1970	Participação % Na Classe	Crescimento Absoluto da Subclasse 1950 - 1970
Comércio de Mercadorias	2.264	Com. Lojista*	1.639	72,4	126,0
		Total	1.639	72,4	-
Prestação de Serviços	3.626	Serv. Domésticos Remunerados	1.748	48,2	160,0
		Artigos de Vestuário e Armário	653	18,0	57,0
		Alojamento Alimentação	418	11,5	557,0
		Conservação, Máquinas e Veículos	374	10,3	122,0
		Adm. e Conservação de Edifícios	59	1,6	740,0
		Total	3.252	89,6	-
Transporte, Comunicação e Armazenagem	1.244	Transporte	1.100	88,4	74,0
		Comunicações	120	9,6	123,0
		Total	1.220	98,0	-
Atividades Sociais	1.471	Assist. Médica Hospitalar Particular	137	9,4	248,0
		Assist. Médica Hospitalar Pública	133	9,0	307,0
		Total	270	18,4	-
Administração Pública	1.152	Administração, Legislação e Justiça	633	55,0	143,0
		Total	633	55,0	-
Outras Atividades	1.414	Comércio de Valores e Imóveis	434	30,7	276,0
		Total	434	30,7	-
Total Geral	11.171		7.448	-	-

FONTE: Censos Demográficos - 1950 - 1970
Diagnóstico sócio-econômico CPP-DN - 1974

* Os ramos compreendidos em Comércio Lojista, figuram na Tabela 5.1.1.

Obs.: O crescimento da Força de Trabalho por Regiões segundo as classes e subclasses mais expressivas figuram na Tabela 5.1.2.
Para detalhamento a nível Estadual, vide Anexo 2.

B. Téc. SENAC, Rio de Janeiro, 1(3):189-233, jan./abr. 1975.

5.1.1. Ramos Compreendidos no Comércio Lojista

FORÇA DE TRABALHO NO SUBSETOR COMÉRCIO DE MERCADORIAS – LOJISTA	1950		1970	
	Abs.	%	Abs.	%
Total Comércio Lojista	724.992	100	1.638.450	100
Produtos Agropecuários e extrativos	26.348	3,6	36.682	2,3
Gen. Alimentícios e Bebidas sem alimentação	361.300	49,8	677.361	41,3
Tecidos e Artefatos de Tecidos, Artigos de Vestuário e Armário	158.950	22,0	391.490	23,8
Móveis, Tapeçarias, Objetos de arte, ornamentação	8.773	1,2	45.775	2,8
Papel, Impressos, Artigos Escritório	14.895	2,1	57.505	3,5
Ferragens, Louças, mat. construção e produtos metalúrgicos	42.324	5,8	108.791	6,7
Máquinas, aparelhos, inst. mat. elétrico, veículos e acessórios	42.297	5,8	152.817	9,3
Prod. Farmacêuticos e Medicinais	39.596	5,5	73.003	4,5
Combustíveis e Lubrificantes	30.609	4,2	95.026	5,8

FONTE: Censo Demográfico – 1970 – Brasil

5.1.2. Crescimento da Força de Trabalho Terciário por Regiões Segundo as Classes e Subclasses mais Expressivas

REGIÃO	CLASSE DE ATIVIDADE	CRESCIMENTO (%) 1950/70	SUBCLASSE	CRESCIMENTO (%) 1950/70
SUDESTE	ATIVIDADES SOCIAIS	191,0	Assist. Médica Hospitalar Pública Assist. Médica Hospitalar Partic.	259,0 219,0
	COMÉRCIO DE MERCAD.	125,0	Comércio Lojista	109,0
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	110,0	Adm. e Conservação de Edifícios Serviços Domésticos Remunerados Higiene Pessoal Conserto de Máquinas e Veículos Artigos de Vestuário e Armário Alojamento e Alimentação	551,0 165,0 129,0 101,0 47,0 17,0
SUL	ATIVIDADES SOCIAIS	308,0	Assist. Médica Hospitalar Pública Assist. Médica Hospitalar Partic.	414,0 256,0
	COMÉRCIO DE MERCAD.	175,0	Comércio Lojista	193,0
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	138,0	Conserto de Máquinas e Veículos Higiene Pessoal Serviços Domésticos Remunerados Adm. e Conservação de Edifícios Artigos de Vestuário e Armário Alojamento e Alimentação	203,0 202,0 196,0 157,0 58,0 31,0

B. Téc. SENAC, Rio de Janeiro, 1 (3): 189-233, jan./abr. 1975.

REGIÃO	CLASSE DE ATIVIDADE	CRESCIMENTO (%) 1950/70	SUBCLASSE	CRESCIMENTO (%) 1950/70
NORDESTE	ATIVIDADES SOCIAIS	245,0	Assist. Médica Hospitalar Pública Assist. Médica Hospitalar Partic.	366,0 339,0
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	132,0	Administração Legislação Justiça	132,0
	COMÉRCIO DE MERCAD.	107,0	Comércio Lojista	102,0
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	59,0	Adm. e Conservação de Edifícios Consertos Máquinas e Veículos Serviços Domésticos Remunerados Higiene Pessoal Artigos de Vestuário e Armarinho Alojamento e Alimentação	2.574,0 157,0 98,0 82,0 47,0 -20,0
CENTRO-OESTE	ATIVIDADES SOCIAIS	817,0	Assist. Médica Hospitalar Partic. Assist. Médica Hospitalar Pública	875,0 752,0
	COMÉRCIO DE MERCAD.	520,0	Comércio Lojista	426,0
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	510,0	Administração Legislação Justiça	445,2
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	502,0	Adm. e Conservação de Edifícios Alojamento e Alimentação Conserto de Máquinas e Veículos Higiene Pessoal Artigos de Vestuário e Armarinho Serviços Domésticos Remunerados	1.958,0 733,0 512,0 500,0 497,0 431,0
NORTE	ATIVIDADES SOCIAIS	214,0	Assist. Médica Hospitalar Pública Assist. Médica Hospitalar Partic.	252,0 194,0
	COMÉRCIO DE MERCAD.	143,0	Comércio Lojista	119,0
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	140,0	Administração Legislação Justiça	-
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	80,0	Serviços Domésticos Remunerados Consertos de Máquinas e Veículos Higiene Pessoal Artigos de Vestuário e Armarinho Alojamento Alimentação	121,0 113,0 100,0 76,0 -10,0

FONTE: Diagnósticos Estaduais - DD-RR - SENAC.

B. Téc. SENAC, Rio de Janeiro, 1(3): 189-233, jan./abr. 1975.

5.2. Estados e subclasses mais expressivas dentro das Classes de Atividades do Setor Terciário

Obs.: Em cada uma dessas subclasses foram identificados os Estados que possuem maior destaque quer em termos absolutos (número de pessoas ocupadas), quer em termos relativos (participação na classe), ou pelo crescimento absoluto observado no período 50-70.

5.2.1. Comércio de Mercadorias

COMÉRCIO LOJISTA			
ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	442.875	70,6	122,1
Minas Gerais	176.156	80,4	114,2
Rio Grande do Sul	143.214	81,7	141,3
Guanabara	136.948	71,8	52,0
Goiás	41.248	81,9	425,8
Paraná	105.817	77,0	359,3
Rio de Janeiro	105.560	76,9	166,2
Maranhão	25.531	64,1	157,1
Brasil	1.638.450		126,0

FONTE: Diagnósticos Estaduais elaborados pelos Departamentos Regionais do SENAC

5.2.2. Prestação de Serviços

ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO			
ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	128.995	12,7	117,4
Minas Gerais	53.521	11,4	142,5
Guanabara	41.763	2,6	27,0
Rio de Janeiro	31.351	22,9	-73,4
Rio Grande do Sul	30.182	11,6	58,6
Paraná	27.839	15,4	93,4
Bahia	19.990	9,2	232,9
S. Catarina	10.197	13,7	-
Goiás	13.964	14,2	732,6
Maranhão	4.190	9,4	433,8
Sergipe	1.798	7,8	213,2
Brasil	418.261	11,5	557,0

FONTE: Idem 5.2.1.

ARTIGOS DE VESTUÁRIO E ARMARINHO			
ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	126.846	12,5	36,9
Minas Gerais	98.321	21,0	94,7
Bahia	63.475	29,2	32,8
Ceará	42.223	36,3	73,1
Pernambuco	41.161	24,4	35,2
Sergipe	8.308	36,3	12,1
Piauí	11.567	34,8	76,5
Goiás	28.599	29,2	497,0
Paraná	21.724	12,1	164,3
Maranhão	22.256	44,8	144,0
Brasil	653.146	18,0	57,3

FONTE: Idem 5.2.1.

CONSERVAÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS

ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	110.391	10,9	40,5
Minas Gerais	38.817	8,3	117,6
Guanabara	26.436	7,4	40,5
Rio de Janeiro	26.428	11,2	178,6
Rio Grande do Sul	33.421	12,8	91,9
Paraná	26.759	14,9	276,8
S. Catarina	11.864	15,9	144,0
Paráiba	5.890	11,3	119,4
Goiás	10.609	10,8	512,1
Alagoas	3.905	10,7	199,5
Bahia	20.221	9,3	149,4
Brasil	373.622	10,3	122,4

FONTE: Idem 5.2.1.

SERVIÇOS DOMÉSTICOS REMUNERADOS

ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	507.045	50,0	247,3
Minas Gerais	238.573	50,9	112,4
Guanabara	187.171	52,5	82,4
Rio de Janeiro	117.579	50,0	236,4
Alagoas	19.915	54,5	107,9
Pará	25.631	50,0	120,8
Rio Grande do Sul	128.664	49,2	128,7
Goiás	34.727	35,4	430,8
Paraná	80.640	44,8	477,6
Brasil	1.748.139	48,2	159,5

FONTE: Idem 5.2.1.

ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS

ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	18.859	1,9	677,1
Guanabara	14.347	4,0	287,6
Rio de Janeiro	5.194	2,0	1.860,0
Minas Gerais	4.296	0,9	2.603,6
S. Catarina	616	0,8	20.433,3
Maranhão	56	0,1	5.500,0
Pernambuco	1.679	1,0	4.697,1
Piauí	64	0,2	3.100,0
Sergipe	93	0,4	3.000,0
Brasil	58.517	1,6	739,9

FONTE: Idem 5.2.1.

5.2.3. Transportes, Comunicações e Armazenagem

TRANSPORTES

ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	314.075	89,5	73,2
Minas Gerais	115.879	88,5	66,1
Guanabara	94.986	80,5	23,4
Rio de Janeiro	91.005	90,0	83,6
Rio Grande do Sul	74.114	80,5	48,8
Pará	23.113	92,7	35,5
Goiás	23.792	92,0	436,0
Pernambuco	52.288	90,8	85,1
Maranhão	16.379	90,7	62,7
Paraná	62.484	83,2	178,2
Ceará	28.395	87,4	96,4
S. Catarina	28.237	90,3	91,2
Piauí	7.450	83,2	90,2
Brasil	1.099.663	88,4	73,7

FONTE: Idem 5.2.1.

COMUNICAÇÃO			
ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	28.573	8,1	136,1
Guanabara	21.129	12,7	83,8
Rio Grande do Sul	16.036	17,4	315,1
Minas Gerais	13.794	10,5	129,9
R. G. Norte	2.133	14,9	12,6
Piauí	1.220	13,6	115,9
Goiás	1.849	7,2	330,0
Paraná	4.643	6,2	258,5
Brasil	119.530	9,6	123,3

FONTE: Idem 5.2.1.

5.2.4. Atividades Sociais

ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR PÚBLICA			
ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	33.508	10,1	247,2
Guanabara	26.847	17,0	233,2
Pernambuco	8.973	13,2	308,9
Paraíba	2.709	10,2	453,9
Bahia	7.156	9,7	302,2
Rio de Janeiro	8.658	9,4	471,4
R. G. Norte	1.672	9,0	1.000,0
Ceará	3.857	8,4	809,7
Goiás	1.465	4,4	751,7
Paraná	4.054	4,7	664,9
Pará	2.809	9,9	264,8
Maranhão	1.498	9,9	293,0
Brasil	132.978	9,0	306,7

FONTE: Idem 5.2.1.

ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR PARTICULAR

ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	44.907	13,5	251,1
Rio Grande do Sul	15.028	11,3	199,4
Guanabara	14.575	9,2	97,8
Minas Gerais	14.553	8,0	237,6
Rio de Janeiro	9.742	10,5	431,7
S. Catarina	4.348	9,8	270,7
Goiás	2.438	7,2	875,2
Ceará	3.102	6,8	629,9
Paraná	6.018	6,9	532,8
Piauí	580	52,5	465,3
Brasil	137.140	9,4	247,7

FONTE: Idem 5.2.1.

5.2.5. Administração Pública

ADMINISTRAÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA			
ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	153.893	60,6	170,1
Guanabara	70.314	41,2	54,2
Minas Gerais	55.064	56,0	109,5
Rio Grande do Sul	44.254	45,5	96,0
Rio de Janeiro	42.511	46,0	131,3
Goiás	19.838	74,5	445,2
Paraíba	14.680	70,9	185,1
Piauí	9.207	68,8	125,8
Alagoas	8.935	67,5	174,2
Sergipe	5.828	65,1	72,4
Bahia	32.349	62,9	106,3
Paraná	33.842	62,3	242,2
Rio Grande do Norte	8.484	45,4	238,5
Pernambuco	35.746	58,8	224,7
Brasil	633.490	55,0	142,9

FONTE: Idem 5.2.1.

5.2.6. Outras Atividades

COMÉRCIO DE VALORES E IMÓVEIS			
ESTADOS	Nºs ABSOLUTOS	% DA CLASSE	CRESCIMENTO
São Paulo	176.186	36,1	319,0
Guanabara	70.202	42,6	173,3
Minas Gerais	35.601	27,0	180,7
Rio Grande do Sul	31.883	36,7	266,8
Rio de Janeiro	25.058	26,2	307,5
Paraíba	2.582	59,3	299,0
Paraná	22.419	31,2	540,7
Goiás	5.426	17,7	870,6
Maranhão	1.459	15,1	418,1
Piauí	1.917	10,6	384,7
Brasil	434.040	30,7	275,8

FONTE: Idem 5.2.1.

CONCLUSÕES DA ANÁLISE QUANTITATIVA

1. Estrutura e Evolução da Força de Trabalho e do Produto Setorial.

- 1.1 Os Setores Primário e Terciário apresentam os maiores índices de absorção da força de trabalho.
- 1.2 O Setor Terciário é responsável por mais da metade do Produto. Se mantidas as tendências de 1.1 e 1.2, o Terciário deverá continuar como principal gerador do Produto e absorvedor de mão-de-obra.
- 1.3 As Regiões mais industrializadas (SE e S) apresentam maior participação na geração do Produto e nelas é maior o produto por pessoa ocupada do que nas Regiões menos desenvolvidas, mostrando assim que a industrialização requer maior participação do Terciário moderno.

2. Distribuição Regional e Crescimento do Produto do Terciário por Classe de Atividade e Região

2.1 As Classes de Atividades que contribuem em todas as Regiões, com maior peso, na geração do Produto são "Comércio de Mercadorias" e "Governo", excetuando-se a Região Centro-Oeste onde a situação é inversa.

Essas duas Classes do Terciário são responsáveis por mais da metade do Produto em todas as Regiões.

2.2 As Classes "Comércio e Mercadorias" (CO, S, SE), "Governo" (CO, S, N), "Transporte e Comunicação" (CO, N, S) "Intermediários Financeiros" (CO, NE, N) apresentam crescimento mais vigoroso na década de 1960 - 1970 nessas Regiões.

3. Participação da Força de Trabalho Terciário por Classe de Atividade e por Região

3.1 As Classes "Prestação de Serviços", "Comércio de Mercadorias" têm maior participação em termos de absorção da força de trabalho em todas as Regiões.

3.2 Estados com maior participação na Força de Trabalho por Região segundo a Classe de Atividade

— Ver Tabela b.1.1 e Tabela 5.2.

4. Crescimento da Força de Trabalho no Setor Terciário por Regiões, segundo Classes de Atividades

4.1 A Região Centro-Oeste apresenta os maiores índices de crescimento relativo da força de trabalho em todas as Classes de Atividade enquanto que à Região Sudeste cabe os maiores índices de crescimento absoluto em todas as Classes.

4.2 As Regiões Norte e Nordeste registram os mais baixos índices de crescimento absoluto e relativo, embora ambas sejam expressivas por se situarem próximas do crescimento médio nacional.

5. Índice do produto médio por trabalhador e Preços Relativos — (1950 - 1970) — por Classe de Atividade

5.1 A Classe de Atividade "Comércio de Mercadorias" apesar de apresentar menores índices médios por trabalhador continuará

desempenhando importante papel tanto em termos de absorção da força de trabalho como da geração do Produto.

5.2 A Classe "Transportes Comunicações e Armazenagem" embora apresente altas taxas de produtividade média por trabalhador é ainda incipiente quanto à absorção da força de trabalho como da geração do produto.

5.3 A Classe "Intermediários Financeiros" que apresenta elevadas taxas de produtividade média por trabalhador, bem como elevado crescimento na geração do produto e na absorção da força de trabalho (Tabela 4.3 em "Outras Atividades"), constitui uma das Classes mais modernas do Setor Terciário, com acentuada tendência de crescimento no Produto e na absorção da força de trabalho.

6. Áreas Prioritárias por Classe de Atividade (considerando participação absoluta, relativa e crescimento absoluto)

(Ver Tabelas respectivas)

6.1 Comércio de Mercadorias: Comércio e Comércio Ambulante.

6.2 Prestações de Serviços: Serviços Doméstico Remunerado, Artigos de Vestuário e Armário, Conservação de Máquinas e Veículos, Alojamento e Alimentação, Adm. e Conservação de Edifícios.

6.3 Transporte, Comunicações e Armazenagem: Transportes e Comunicações.

6.4 Atividades Sociais: Assistência Médica Hospitalar Pública e Particular, Previdência e Beneficência.

Obs.: Em atividades Sociais a categoria mais importante em termos de absorção de força de trabalho é ENSINO que representa 61,8 da força de trabalho na atividade em análise em relação ao Brasil.

6.5 Administração Pública: Administração, Legislação e Justiça.

6.6 Outras Atividades: Comércio de Valores e Imóveis.

ANEXO 1 Distribuição Percentual e Crescimento da Força de Trabalho no Setor Terciário por Classe de Atividade e por Estado

Estados	Comércio de Mercadorias		Prestação de Serviços		Transportes Com. Arm.		Atividades Sociais		Administração Pública		Outras Atividades		Total da FT e Cresc. por Estado e Região 1950-70	
	FT.1970	CRES.1950-70	FT.1970	CRES.1950-70	FT.1970	CRES.1950-70	FT.1970	CRES.1950-70	FT.1970	CRES.1950-70	FT.1970	CRES.1950-70		
AM	31,7	138,3	23,9	89,2	13,6	67,9	17,0	266,4	13,8	156,6	—	—	100,0	127,6
PA	26,5	132,8	25,6	107,2	12,4	36,7	14,1	196,1	11,0	94,8	10,4	731,3	100,0	124,8
R. N.	3,7	143,1	2,1	79,7	3,2	46,8	3,3	213,5	3,9	140,2	2,3	701,9	2,9	128,9
MA	24,7	151,2	31,0	93,7	11,2	65,2	13,6	361,1	8,3	165,7	11,2	360,5	100,0	143,3
PI	22,5	132,0	33,3	109,6	9,0	96,3	15,2	29,5	10,3	160,7	9,7	623,0	100,0	154,3
CE	17,8	126,3	36,1	101,6	13,7	103,0	23,2	316,9	—	111,3	9,2	569,3	100,0	142,6
RN.	21,6	108,9	28,9	84,2	11,6	70,2	15,0	328,1	15,1	126,6	7,8	501,1	100,0	125,8
PB	26,5	101,6	34,5	73,1	11,0	87,9	17,5	229,9	10,0	105,1	0,5	— 2,4	100,0	101,1
PE	22,5	95,8	31,3	67,8	10,7	76,6	12,6	215,1	11,3	157,1	11,4	522,8	100,0	114,8
AL	21,0	104,6	32,5	78,0	10,7	67,3	14,2	202,7	11,8	161,2	9,8	664,2	100,0	120,4
SE	20,6	64,4	31,1	43,5	10,9	25,0	14,1	187,4	12,2	82,0	11,1	737,8	100,0	78,9
BA	23,3	105,9	35,6	59,8	10,1	55,9	12,1	266,2	8,4	224,5	10,5	262,0	100,0	104,5
R. NE.	22,9	100,8	20,2	58,8	18,5	70,4	20,1	245,2	19,5	245,2	16,9	546,3	20,0	110,1
MG	17,8	124,7	38,1	117,3	10,6	72,5	14,8	256,7	8,0	128,6	10,7	418,2	100,0	142,1
ES	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
RJ	18,2	184,4	31,1	171,0	13,5	87,4	12,2	294,0	12,3	156,0	12,7	614,0	100,0	187,0
GB	16,2	54,4	30,8	61,0	10,2	31,2	13,6	120,4	14,7	37,2	14,5	263,5	100,0	71,3
SP	20,4	152,5	33,1	155,8	11,4	78,0	10,9	190,1	8,3	175,4	15,9	557,8	100,0	173,1
R. SE.	53,2	125,1	58,6	110,4	58,2	68,9	53,7	191,1	54,6	106,1	63,2	454,0	57,0	134,8
PR	22,7	383,6	29,8	219,8	12,4	193,6	14,3	526,9	9,0	201,1	11,8	792,0	100,0	342,5
SC	19,0	141,5	29,0	159,6	12,2	90,7	17,3	302,8	9,7	142,0	12,8	580,1	100,0	180,7
RS	20,7	115,9	30,9	106,2	10,9	69,8	15,8	296,4	11,5	76,2	10,2	275,1	100,0	123,3
R. S.	16,0	174,6	14,2	138,4	15,9	106,0	18,0	307,9	15,3	110,5	13,5	421,9	15,3	171,3
MT	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
GO	19,0	453,9	37,0	551,6	9,7	—	12,8	680,9	10,0	451,1	11,5	910,5	100,0	529,2
R. CO.	4,2	520,1	4,9	501,7	4,2	364,6	4,9	816,7	6,7	510,0	4,1	1.145,5	4,8	554,3
BRASIL	100,0	136,2	100,0	116,8	100,0	78,5	100,0	238,6	100,0	124,8	100,0	487,0	100,0	141,3

FONTE: Censos Demográficos do Brasil 1950 — 1970
Diagnósticos Estaduais do Setor Terciário realizados pelos DD.RR./SENAC
O Setor Terciário do Brasil — CPP-DN — 1975

NOTA: Nos Estados do ES e MT não foi possível realizar os respectivos Diagnósticos.

ANEXO 2 Distribuição e Crescimento Percentual da Força de Trabalho por Estado, das Subclasses mais Expressivas Dentro das Classes de Atividades do Setor Terciário

ESTADOS	COM. MERCAD.		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS										TRANSPORTES COMUNICAÇÕES E ARM.						ATIVIDADES SOCIAIS				ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		OUTRAS ATIVIDADES				
	Com. Lejista		Alojam./Alim.		Higiene Pessoal		Artigos de Vest. e Armário		Cons. Mâq. Veículos		Serviços Domésticos		Adm. e Cons. de Edifícios		Transporte		Comunicação		Armazenagem		Assistência Méd. Pública		Assistência Méd. Particular		Administração, Legislação e Justiça		Construção de Valores e Imóveis		
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	
AM	59,5	—	8,4	240,0	3,0	—	23,2	—	9,8	—	42,2	—	—	—	72,0	—	9,0	—	—	—	9,3	—	5,6	—	58,6	—	—	—	
PA	53,8	83,0	7,3	-98,8	3,7	92,3	23,8	77,1	9,1	110,0	50,0	129,8	0,5	2.158,3	92,7	35,5	6,4	50,4	0,6	22,0	9,9	264,8	6,2	174,9	53,8	40,0	20,7	379,9	
N	—	118,8	—	-9,5	—	100,4	—	75,8	—	112,9	—	120,8	—	—	—	40,3	—	79,4	—	—	—	251,8	—	193,8	—	—	—	—	
MA	64,1	157,1	9,4	433,9	3,6	89,1	44,8	144,0	5,9	18,5	32,0	109,5	0,1	5.500,0	20,7	62,7	6,8	60,4	2,4	427,7	9,9	293,0	3,6	180,2	60,6	-1,8	15,1	418,1	
PI	73,4	125,7	9,5	83,8	3,3	117,3	34,8	76,5	9,4	139,7	38,5	107,6	0,2	3.100,0	83,2	99,2	13,6	115,9	3,2	99,3	6,7	503,8	2,6	465,3	69,8	50,7	10,6	334,7	
CE	63,5	106,3	7,5	-117,9	3,8	137,7	38,3	73,1	8,8	149,1	37,7	109,3	0,4	1.275,0	87,4	98,4	11,4	181,4	0,9	72,9	8,4	809,7	6,8	629,9	55,8	—	19,8	359,1	
RN	66,7	104,2	6,9	-39,0	4,3	95,9	30,0	45,5	9,1	115,6	43,9	102,5	0,2	—	81,3	79,6	14,9	12,6	3,4	1.593,1	9,0	1.000,0	4,6	232,9	45,4	—	17,4	345,5	
PB	58,2	85,5	7,3	-40,1	3,7	71,4	23,7	40,6	11,3	119,4	48,5	95,2	0,5	340,0	86,5	85,1	11,3	95,3	1,6	304,6	10,2	453,9	6,8	396,6	70,9	—	59,3	299,0	
PE	62,4	86,1	1,5	-98,8	3,6	90,7	24,4	35,2	9,7	129,9	48,2	91,2	1,0	4.697,1	90,8	71,9	7,9	133,8	0,9	182,4	13,2	308,9	7,7	328,8	58,8	—	19,1	137,9	
AL	71,9	105,0	5,4	117,1	4,1	103,1	21,0	5,9	10,7	199,5	54,5	107,9	0,2	1.061,7	86,7	60,9	11,0	125,6	1,7	108,9	8,9	317,1	8,9	257,8	67,5	—	20,1	350,3	
SE	67,1	57,5	7,8	213,2	3,5	25,8	36,3	12,1	6,8	19,2	40,0	67,3	0,4	3.000,0	88,2	22,4	11,8	91,5	—	—	6,1	239,2	7,7	301,0	65,1	—	16,2	263,0	
BA	71,8	108,5	9,2	-232,9	3,5	55,1	29,2	32,8	9,3	149,4	43,8	98,8	1,0	2.130,7	90,1	55,5	8,4	87,1	1,2	-9,2	9,7	302,2	7,2	303,8	62,9	—	21,0	344,0	
NE	—	101,8	—	-19,3	—	82,0	—	47,0	—	157,0	—	98,4	—	2.574,0	—	68,3	—	96,2	10,4	86,4	—	365,8	—	339,0	—	—	—	—	259,7
MG	80,4	114,2	11,4	142,5	3,0	116,5	21,0	94,7	8,3	117,6	50,9	112,4	0,9	2.603,6	88,5	66,1	10,5	129,9	0,7	598,5	4,8	255,4	8,0	237,6	56,0	—	27,0	180,7	
ES	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
RJ	76,9	166,7	22,9	-73,4	4,0	143,7	14,0	90,0	11,2	178,6	50,0	236,4	2,2	1.860,0	90,0	83,6	9,5	140,1	0,3	8,5	9,4	471,4	10,5	431,7	46,0	—	26,2	307,5	
GB	71,8	52,0	2,6	27,0	4,1	94,7	11,5	-12,0	7,4	40,5	52,5	82,4	4,0	287,6	80,5	23,4	12,7	83,8	0,5	-27,8	17,0	233,2	9,2	97,8	41,2	34,2	42,6	173,3	
SP	70,6	122,1	12,7	117,4	4,3	145,2	12,5	36,9	10,9	101,9	50,0	247,3	1,9	677,1	89,5	73,2	8,1	136,1	1,5	77,6	10,1	247,2	13,5	251,1	60,6	—	36,1	319,0	
SE	—	109,0	—	17,0	—	129,0	—	47,0	—	101,0	—	165,3	—	551,1	—	63,1	—	117,6	39,9	67,2	—	258,6	—	218,5	—	—	—	—	254,7
PR	79,0	359,3	15,4	-93,4	4,0	344,4	12,1	164,3	14,9	276,8	44,8	477,6	1,4	6,6	83,2	178,2	6,2	258,5	6,5	546,2	4,7	664,9	6,9	532,8	62,3	—	31,2	540,7	
SC	78,6	145,7	13,7	-86,0	4,0	157,3	13,1	60,7	15,9	144,0	45,7	184,7	0,8	433,3	90,3	91,2	8,3	112,8	1,1	9,8	7,0	483,0	9,8	270,7	61,9	39,0	20,4	302,8	
RS	81,7	141,3	11,6	-58,6	4,2	158,3	13,2	25,4	12,8	91,9	49,2	128,7	1,3	142,9	80,5	48,8	17,4	315,1	1,3	345,4	4,6	304,9	11,3	199,4	45,5	—	36,7	266,8	
S	—	193,3	—	-31,2	—	201,7	—	57,9	—	212,8	—	196,1	—	157,3	—	90,4	—	265,0	36,3	379,2	—	413,5	—	255,5	—	—	—	—	340,3
MT	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
GO	81,9	425,8	14,2	732,6	3,5	500,1	29,2	497,0	10,8	512,1	35,4	430,8	—	1.958,0	92,0	436,0	7,2	330,0	0,5	150,9	4,4	751,7	7,2	875,2	74,5	—	17,7	870,6	
CO	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Brasil	100,0	176,0	100,0	557,0	100,0	131,8	100,0	57,3	100,0	122,4	100,0	159,5	100,0	739,9	100,0	73,7	100,0	123,3	100,0	127,6	100,0	306,7	100,0	247,7	100,0	—	100,0	—	275,8

Código 1 = Participação percentual
2 = Crescimento 1950 - 1970

FONTE: = Censos Demográficos do Brasil 1950 - 1970
- Diagnósticos Estaduais elaborados pelos Departamentos Regionais do SENAC

OBS.: - A distribuição percentual da força de trabalho é relativa a 1970
- Nos Estados ES e MT, não foi possível a realização dos respectivos Diagnósticos.

ANEXO 3 Quadro Ocupacional por Setores de Atividades

OCUPAÇÕES	COMÉRCIO DE MERCADORIAS		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		OUTRAS ATIVIDADES	
	Nºs Abs.	%	Nºs Abs.	%	Nºs Abs.	%
OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS	939.210	56,9	225.568	38,4	425.579	88,5
– Proprietários Comerciais	702.051	74,7	119.489	53,0	–	–
– Proprietários Hoteleiros e de Pensões	–	–	23.659	10,5	–	–
– Proprietários Outros	905	0,1	24.534	10,9	–	–
– Administrações e Diretores	56.848	6,1	17.915	7,9	9.462	2,2
– Caixas e Tesoureiros	29.066	3,1	5.286	2,3	30.176	7,1
– Técnicos de Contabilidade	13.311	1,4	1.476	0,7	60.317	14,1
– Almojarifes e Armazenistas	4.799	0,5	889	0,4	2.004	0,7
– Datilógrafos	5.507	0,6	1.077	0,5	15.555	3,7
– Programadores	173	0,0	1.601	0,7	1.159	0,2
– Operadores de Apuração Mecânica	487	0,0	2.506	1,1	3.012	0,7
– Auxiliares de Escritório	126.063	13,4	27.136	12,0	304.094	71,3
OCUPAÇÕES DO COM. ATIV. AUX.	719.447	43,0	96.273	16,4	53.916	11,2
– Balconistas e Entregadores	631.201	87,7	95.143	98,8	–	–
– Pracistas e Viajantes	57.700	8,0	841	1,0	1.663	3,1
– Representantes Comerciais	26.562	3,7	159	0,1	589	1,1
– Propagandistas	1.414	0,2	130	0,1	338	0,6
– Corretores de Seguros	–	–	–	–	7.478	13,9
– Corretores de Imóveis	–	–	–	–	32.189	59,7
– Corretores de Títulos	–	–	–	–	10.465	19,4
– Outros Agentes e Corretores	2.570	0,4	–	–	1.194	2,2
OCUPAÇÕES PREST. SERVIÇOS	1.278	0,1	266.001	45,2	1.364	0,2
– Cozinheiros	549	43,0	60.904	23,0	709	52,0
– Garções	670	52,4	72.669	27,3	606	44,4
– Barbeiros e Cabeleireiros	55	4,3	114.793	43,1	46	3,4
– Manicures e Pedicures	4	0,3	17.635	6,6	3	0,2
TOTAL OCUPAÇÕES	1.659.935	100,0=73,3	587.842	100,0=30,5	481.909	100=34,1
TOTAL ATIVIDADE	2.263.539	100,0	1.929.452	100,0	1.415.049	100,0

* Não considerados os Empregados Domésticos.

Obs.: – Os percentuais das funções estão relacionados com os grupamentos das ocupações
 – Os percentuais dos grupamentos das ocupações estão relacionados com o total das ocupações
 – O total dos grupamentos das ocupações (Campo Legal de atuação do SENAC) em relação ao total da Classe de Atividade.

FONTE: Censo Demográfico 1970.

ANEXO 4

Participação e Distribuição de Empregados por Ramos de Atividade Relacionados com o Campo Legal de Atuação do Senac — por Estados e Regiões — 1971/1973

Identificadas as subclasses mais expressivas do Setor Terciário, torna-se necessária uma análise dos ramos relacionados com o campo legal de atuação do SENAC. Para tanto, foram considerados os dados do CDI ("Lei dos 2/3") que permite o acompanhamento anual dos empregados regidos pela CLT bem como proporciona elementos básicos para detectar as mudanças da mão-de-obra dentro dos Estados como dentro das Regiões.

a. Participação de Empregados por Ramos de Atividade Relacionados com o Campo Legal de Atuação do Senac — 1971/1973

Analisando as tabelas a.1, a.2 e a.3 verificamos que:

Região Norte

O ramo de atividade com participação mais expressiva na absorção de mão-de-obra na região é a do Comércio Varejista.

Comércio Atacadista, Saúde e Escritórios Comerciais, vêm logo a seguir, sendo que a última registrou um crescimento acentuado quanto a sua participação no total da mão-de-obra.

As atividades menos expressivas na absorção da mão-de-obra são Serviços Pessoais, Comércio Armazenador e Administração e Conservação de Edifícios embora tenham apresentado índices elevados conforme foi demonstrado na análise relacionada com as subclasses mais expressivas.

Região Nordeste

Também nessa região o Comércio Varejista constitui o ramo de atividade com maior expressão na absorção da mão-de-obra, apresentando uma evolução relativamente importante.

a.1. Participação Relativa de Empregados por Ramos de Atividade
Relacionada com o Campo Legal de Atuação do SENAC por
Estados e Regiões — 1971

fonte: CDI

Ramo Est. Regiões	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Comércio Armaz.	Turismo	Escritório Comercial	Saúde	Adm. e Cons. de Edifícios	Serviços Pessoais	Total
AM	17,1	53,1	0,6	4,2	7,2	14,2	2,5	1,1	100,0
PA	14,2	56,7	0	3,8	8,3	13,9	1,6	1,5	100,0
MA	8,1	63,5	0	4,9	5,0	14,5	3,1	0,8	100,0
PI	10,7	64,4	0,1	3,7	8,0	10,4	2,3	0,3	100,0
CE	14,8	55,3	0,4	5,3	6,9	13,1	3,5	0,6	100,0
RN	16,0	58,8	0,7	8,0	4,2	11,2	0,8	0,4	100,0
PB	5,6	60,2	0	7,2	2,7	21,6	2,1	0,7	100,0
PE	21,8	49,0	0,9	5,2	7,7	9,6	4,6	1,1	100,0
AL	10,9	56,0	0,3	2,6	3,2	23,1	3,0	0,9	100,0
SE	9,5	54,0	0,2	6,3	4,1	21,4	4,0	0,6	100,0
BA	14,9	54,6	0,6	4,7	9,7	10,9	3,8	0,9	100,0
MG	13,1	54,4	0,4	7,3	7,0	11,2	5,1	1,4	100,0
ES	11,4	59,4	0,4	5,5	4,2	15,3	2,6	1,1	100,0
RJ	7,6	64,4	—	5,1	2,6	13,8	4,0	2,5	100,0
GB	13,9	46,1	0,4	5,8	15,2	5,1	10,0	3,5	100,0
SP	15,7	46,1	0,9	6,3	10,7	11,6	7,0	1,7	100,0
PR	17,9	56,9	1,9	5,8	5,0	7,9	3,6	0,9	100,0
SC	10,4	62,8	0,1	5,2	3,7	16,4	0,8	0,5	100,0
RS	19,8	52,2	0,6	5,2	6,1	11,9	2,9	1,2	100,0
MT	10,6	70,5	1,0	8,6	2,7	7,3	1,5	0,7	100,0
GO	10,6	55,6	1,0	6,6	2,5	21,3	2,0	0,4	100,0
DF	8,0	46,7	0,9	6,9	4,2	21,8	9,0	2,5	100,0
N	15,2	55,4	0,2	3,9	7,9	14,0	1,9	1,4	100,0
NE	15,5	54,4	0,6	5,2	7,3	12,6	3,6	0,8	100,0
SE	14,2	48,7	0,6	6,2	10,8	9,9	7,3	2,2	100,0
S	17,8	55,2	1,0	5,4	5,4	11,4	2,8	1,0	100,0
CO	9,0	54,6	0,9	7,1	3,3	19,0	4,9	1,3	100,0
BRASIL	14,8	50,7	0,7	5,9	9,3	10,8	6,0	1,8	100,0

a.2. Participação Relativa de Empregados por Ramos de Atividade
Relacionada com o Campo Legal de Atuação do SENAC por
Estados e Regiões – 1972

fonte: CDI

Ramo Est. Regiões	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Comércio Armaz.	Turismo	Escritório Comercial	Saúde	Adm. e Cons. de Edifícios	Serviços Pessoais	Total
AM	21,8	45,5	0,0	5,4	8,3	14,6	3,2	1,1	100,0
PA	15,4	53,8	0,0	4,2	5,3	12,3	2,8	1,4	100,0
MA	22,0	52,4	0,4	4,1	4,8	12,3	3,5	0,6	100,0
PI	16,6	59,0	0,4	4,1	3,2	12,8	3,6	0,3	100,0
CE	13,2	53,7	0,2	6,3	7,0	16,5	2,8	0,3	100,0
RN	14,9	60,9	0,6	5,3	2,9	13,9	1,4	0,0	100,0
PB	13,4	49,1	0,0	6,8	3,3	25,4	1,6	0,5	100,0
PE	19,7	49,0	1,0	4,8	9,1	9,6	5,7	1,1	100,0
AL	11,0	50,5	1,0	2,6	3,8	27,4	3,1	0,6	100,0
SE	6,6	62,0	0,2	6,7	2,9	15,5	5,6	0,6	100,0
BA	16,5	50,0	0,7	5,6	7,1	15,1	4,5	0,6	100,0
MG	10,4	55,8	0,4	6,6	8,4	11,4	5,5	1,4	100,0
ES	10,2	62,7	0,6	6,4	3,6	12,2	3,3	1,0	100,0
RJ	7,5	64,7	0,0	5,6	2,7	13,5	4,0	2,0	100,0
GB	13,5	45,2	0,3	6,4	13,6	6,1	10,6	4,3	100,0
SP	16,8	45,8	0,8	5,9	11,4	11,1	7,0	1,3	100,0
PR	17,6	57,0	1,8	5,2	4,4	8,8	4,4	0,9	100,0
SC	14,1	57,7	0,2	4,8	2,8	18,6	1,4	0,4	100,0
RS	15,5	55,5	0,5	5,9	5,6	12,5	3,4	1,1	100,0
MT	7,9	64,9	0,8	6,9	3,5	8,8	6,8	0,4	100,0
GO	15,5	55,5	0,5	5,9	5,6	12,5	3,4	0,5	100,0
DF	11,7	56,0	0,8	5,7	2,4	19,7	3,2	0,5	100,0
N	17,9	53,6	0,0	4,7	6,5	13,2	3,0	1,2	100,0
NE	16,3	51,4	0,6	5,3	6,7	14,8	4,3	0,7	100,0
SE	14,4	48,4	0,6	6,1	10,9	9,9	7,5	2,2	100,0
S	16,0	56,3	0,9	5,5	4,8	12,2	3,4	0,9	100,0
CO	9,7	54,3	0,8	6,4	3,3	18,4	6,0	1,2	100,0
BRASIL	14,9	51,0	0,6	6,0	9,4	11,3	6,6	1,8	100,0

a.3. Participação Relativa de Empregados por Ramos de Atividade
Relacionada com o Campo Legal de Atuação do SENAC por
Estados e Regiões — 1973

fonte: CDI

Ramo Est. Regiões	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Comércio Armaz.	Turismo	Escritório Comercial	Saúde	Adm. e Cons. de Edifícios	Serviços Pessoais	Total
AM	16,6	53,8	0,2	5,7	11,2	8,0	3,2	1,3	100,0
PA	11,0	55,0	0,3	5,5	10,2	14,2	2,6	1,1	100,0
MA	10,2	64,6	0,8	4,4	8,1	7,8	3,8	0,3	100,0
PI	6,2	49,9	0,8	12,0	9,6	19,5	1,4	0,5	100,0
CE	12,7	58,5	0,3	5,4	6,1	14,4	2,3	0,4	100,0
RN	11,0	63,1	1,2	5,5	5,4	12,0	1,7	0,1	100,0
PB	8,1	54,2	0,5	5,5	2,6	27,3	1,3	0,4	100,0
PE	16,1	50,9	0,6	4,7	11,9	9,6	5,5	0,8	100,0
AL	6,2	60,0	0,7	4,5	5,7	22,7	0,8	0,5	100,0
SE	12,1	45,5	0,2	10,3	5,9	20,2	5,1	0,5	100,0
BA	10,6	57,3	0,9	5,3	7,6	13,9	3,8	0,5	100,0
MG	9,9	54,7	0,4	6,6	9,7	11,7	5,9	1,1	100,0
ES	8,7	56,8	0,5	5,3	4,9	19,0	4,0	0,8	100,0
RJ	8,1	61,4	0,0	5,7	4,7	14,0	4,3	1,7	100,0
GB	11,8	39,6	0,6	6,8	19,8	5,7	12,9	2,9	100,0
SP	13,2	44,8	1,0	6,1	14,5	11,2	7,7	1,6	100,0
PR	15,7	55,9	2,5	6,2	5,9	8,9	4,2	0,9	100,0
SC	8,3	59,8	0,3	6,0	4,7	18,9	1,4	0,7	100,0
RS	14,7	50,8	2,2	5,5	9,1	12,9	3,7	1,0	100,0
MT	5,7	72,3	1,3	5,4	3,8	10,5	0,6	0,5	100,0
GO	9,3	61,2	0,8	4,8	2,3	17,2	4,1	0,4	100,0
DF	8,6	46,3	1,4	6,0	4,5	18,4	13,0	1,8	100,0
N	13,1	54,5	0,3	5,6	10,6	11,9	2,3	1,2	100,0
NE	12,1	56,0	0,6	4,8	8,1	14,0	3,7	0,5	100,0
SE	12,1	45,9	0,7	6,3	14,5	10,2	8,5	1,9	100,0
S	14,2	53,7	2,0	5,8	7,4	12,4	3,5	0,9	100,0
CO	8,4	56,5	1,1	5,4	3,5	16,6	7,4	1,0	100,0
BRASIL	12,1	48,7	1,0	6,1	12,3	11,2	7,1	1,5	100,0

Comércio Atacadista e Saúde são os ramos de atividade que vem logo a seguir, sendo que a primeira teve um acentuado decréscimo na sua participação relativa e a segunda, após uma pequena queda, manteve o seu nível anterior.

Turismo, embora com pequena participação na absorção da mão-de-obra apresentou uma evolução relativamente importante.

Escritórios Comerciais e Administração e Conservação de Edifícios experimentaram fenômeno idêntico à da região Norte.

Região Sudeste

Nessa região, a exemplo das outras regiões, Comércio Varejista constituiu o ramo de atividade de maior expressão embora, no período considerado, apresente um decréscimo relativo. O mesmo acontecendo com Comércio Atacadista.

Escritórios Comerciais e Saúde seguem em ordem de importância, este último apresentou evolução importante na sua participação relativa.

Administração e Conservação de Edifícios apresenta baixa participação e um sensível decréscimo na participação relativa. Os ramos de atividade de menor expressão são: Comércio Armazenador e Serviços Pessoais.

Região Sul

Comércio Varejista apresenta um fenômeno semelhante ao da região Sudeste: principal responsável pela absorção da mão-de-obra sofrendo um decréscimo no período considerado. Entretanto, Comércio Atacadista apresenta uma evolução relativamente importante.

O ramo de atividade Saúde, apresenta uma participação equilibrada enquanto que Turismo, Administração e Conservação de Edifícios crescem ligeiramente.

A participação de Escritórios Comerciais registrou uma evolução importante.

Comércio Armazenador e Serviços Pessoais são os ramos de atividade de menor expressão na absorção da mão-de-obra, sendo que o primeiro mantém o seu nível de participação e o segundo cresce relativamente.

Região Centro-Oeste

Comércio Varejista como em todas as regiões é o ramo de atividade de maior expressão na absorção da mão-de-obra, seguido, a distância considerável, de Saúde, que apresenta ligeiro decréscimo.

Comércio Atacadista e Turismo, vêm a seguir com ligeiro decréscimo sendo que Administração e Conservação de Edifícios após uma queda acentuada recupera-se acima do nível anterior do período considerado.

Escritórios Comerciais, Comércio Armazenador e Serviços Pessoais são as atividades de menor expressão na região, sendo que o último decresce ligeiramente e os demais mantêm um pequeno crescimento relativo embora, no período considerado apresente um ligeiro decréscimo.

b. Distribuição de Empregados por Ramos de Atividade Relacionados com o Campo Legal de Atuação do Senac — 1971/1973

(Tabelas b1, b.2 e b.3)

A análise da distribuição de empregados por ramos de atividades a nível regional, confirma os resultados detectados na análise da força de trabalho do Setor Terciário como um todo assim, a região Sudeste concentra o maior contingente da mão-de-obra, seguido, a uma distância considerável, das regiões Sul e Nordeste.

Em contrapartida, as regiões Centro-Oeste e Norte concentram os menores índices de absorção de mão-de-obra.

b.1. Distribuição Relativa de Empregados por Ramos de Atividade
Relacionada com o Campo Legal de Atuação do SENAC por
Estados e Regiões - 1971

fonte: CDI

Ramo	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Comércio Armaz.	Turismo	Escritório Comercial	Saúde	Adm. e Cons. de Edifícios	Serviços Pessoais	Total
AM	0,8	0,7	0,6	0,5	0,5	0,9	0,3	0,4	0,7
PA	1,2	1,4	0,0	0,7	1,1	1,6	0,3	1,0	1,2
MA	0,3	0,6	0,0	0,4	0,3	0,6	0,2	0,2	0,5
PI	0,3	0,5	0,1	0,2	0,3	0,3	0,1	0,1	0,4
CE	1,7	1,9	1,1	1,6	1,3	2,1	1,0	0,6	1,7
RN	0,5	0,5	0,4	0,6	0,2	0,4	0,1	0,1	0,4
PB	0,2	0,7	0,0	0,8	0,2	1,2	0,2	0,2	0,6
PE	4,3	2,8	4,0	2,6	2,4	2,6	2,2	1,8	2,9
AL	0,4	0,6	0,2	0,2	0,2	1,1	0,3	0,2	0,5
SE	0,3	0,5	0,1	0,5	0,2	0,8	0,3	0,1	0,4
BA	3,2	3,5	2,7	2,5	3,3	3,2	2,0	1,5	3,2
MG	7,7	9,3	5,5	10,6	6,6	8,9	7,3	6,6	8,6
ES	0,8	1,2	0,6	1,0	0,5	1,5	0,4	0,6	1,0
RJ	2,5	6,3	0,0	4,2	1,4	6,3	3,3	6,8	4,9
GB	18,4	17,7	12,4	18,9	31,8	9,2	32,2	37,3	19,5
SP	36,3	31,1	45,6	36,5	39,3	36,8	40,0	31,0	34,2
PR	5,9	5,5	13,6	4,8	2,6	3,6	3,0	2,4	4,9
SC	1,7	3,0	0,5	2,1	1,0	3,6	0,3	0,6	2,4
RS	11,2	9,1	8,3	7,8	5,8	9,7	4,3	6,0	8,8
MT	0,3	0,8	0,8	0,8	0,2	0,4	0,1	0,2	0,6
GO	0,9	1,4	1,8	1,4	0,4	2,5	0,4	0,3	1,3
DF	0,7	1,3	1,7	1,6	0,6	2,7	2,0	1,8	1,4
N	2,0	2,1	0,6	1,3	1,6	2,5	0,6	1,4	1,9
NE	11,1	11,4	8,6	9,2	8,3	12,4	6,4	4,9	10,6
SE	65,6	65,6	64,0	71,1	79,5	62,6	2,9	82,4	68,2
S	19,4	17,5	22,4	14,6	9,4	16,9	7,5	9,0	16,1
CO	2,0	3,5	4,4	3,9	1,1	5,7	2,6	2,5	3,2
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**b.2. Distribuição Relativa de Empregados por Ramos de Atividade
Relacionada com o Campo Legal de Atuação do SENAC por
Estados e Regiões – 1972**

fonte: CDI

Ramo Est. Regiões	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Comércio Armaz.	Turismo	Escritório Comercial	Saúde	Adm. e Cons. de Edifícios	Serviços Pessoais	Total
AM	1,0	0,6	0,0	0,6	0,6	0,9	0,3	0,4	0,7
PA	1,1	1,2	0,0	0,7	0,6	1,1	0,4	0,8	1,1
MA	0,6	0,4	0,2	0,3	0,2	0,4	0,2	0,1	0,4
PI	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	0,4	0,2	0,1	0,3
CE	1,1	1,3	0,4	1,3	0,9	1,3	0,5	0,2	1,2
RN	0,4	0,5	0,4	0,4	0,1	0,5	0,1	0,0	0,4
PB	0,6	0,6	0,0	0,7	0,2	1,4	0,1	0,2	0,6
PE	3,7	2,7	4,5	2,3	2,8	2,4	2,4	1,8	2,8
AL	0,4	0,5	0,8	0,2	0,2	1,2	0,2	0,2	0,5
SE	0,2	0,5	0,1	0,4	0,1	0,5	0,3	0,1	0,4
BA	3,4	3,0	3,3	2,8	2,3	4,1	2,1	1,1	3,1
MG	5,8	9,1	5,2	9,2	7,5	8,5	7,0	6,6	8,3
ES	0,6	1,1	0,9	0,9	0,3	1,0	0,4	0,5	0,9
RJ	2,5	6,3	0,0	4,7	1,4	6,0	3,1	5,7	5,0
GB	17,4	17,0	9,6	20,3	27,9	10,3	31,1	45,9	19,2
SP	40,9	32,7	47,7	35,7	44,5	35,8	38,6	25,7	36,4
PR	6,3	6,0	15,9	4,7	2,5	4,2	3,6	2,6	5,4
SC	2,2	2,7	0,7	1,9	0,7	3,9	0,5	0,5	2,3
RS	9,2	9,6	6,9	8,7	5,3	9,8	4,6	5,2	8,8
MT	0,3	0,8	0,8	0,7	0,2	0,5	0,6	0,2	0,6
GO	1,2	1,7	2,0	1,5	0,4	2,7	0,7	0,4	1,5
DF	0,6	1,1	1,7	1,4	0,5	2,3	1,7	1,7	1,2
N	2,1	1,8	0,0	1,3	1,2	2,0	0,8	1,2	1,7
NE	10,7	9,9	10,1	8,6	7,0	12,8	6,2	3,7	9,8
SE	67,2	66,2	63,5	70,8	81,6	61,5	80,2	84,3	69,8
S	17,7	18,3	23,6	15,3	8,5	17,9	8,7	8,3	16,5
CO	2,2	3,6	4,5	3,5	1,2	5,5	3,0	2,2	3,3
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

b.3. Distribuição Relativa de Empregados por Ramos de Atividade Relacionada com o Campo Legal de Atuação do SENAC por Estados e Regiões – 1973

b.3. Distribuição Relativa de Empregados por Ramos de Atividade Relacionada com o Campo Legal de Atuação do SENAC por Estados e Regiões – 1973

fonte: CDI

Ramo Est. Regiões	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Comércio Armaz.	Turismo	Escritório Comercial	Saúde	Adm. e Cons. de Edifícios	Serviços Pessoais	Total
AM	0,9	0,7	0,1	0,6	0,6	0,4	0,3	0,5	0,6
PA	1,0	1,2	0,4	1,0	0,9	1,3	0,4	0,7	1,1
MA	0,4	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,1	0,4
PI	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1
CE	1,7	1,9	0,5	1,4	0,8	2,1	0,5	0,4	1,6
RN	0,4	0,6	0,6	0,4	0,2	0,5	0,1	0,0	0,5
PB	0,4	0,7	0,3	0,6	0,1	1,6	0,1	0,2	0,7
PE	3,9	3,1	1,8	2,3	2,9	2,5	2,3	1,5	3,0
AL	0,2	0,6	0,3	0,4	0,2	1,0	0,1	0,2	0,5
SE	0,4	0,4	0,1	0,7	0,2	0,7	0,3	0,1	0,4
BA	2,7	3,7	2,9	2,7	1,9	3,9	1,7	1,1	3,1
MG	6,5	9,0	3,1	8,7	6,3	8,4	6,7	5,8	8,0
ES	0,7	1,2	0,6	0,9	0,4	1,8	0,6	0,6	1,1
RJ	3,1	5,8	0,1	4,3	1,8	5,8	2,8	5,3	4,6
GB	17,0	14,3	10,4	19,5	28,4	8,9	31,9	33,5	17,6
SP	40,8	34,5	40,3	37,4	44,3	37,6	40,4	38,1	37,5
PR	6,6	5,9	13,4	5,3	2,5	4,1	3,0	2,9	5,6
SC	1,4	2,6	0,6	2,1	0,8	3,6	0,4	0,9	2,1
RS	10,2	8,8	19,7	7,6	6,2	9,7	4,4	5,7	8,4
MT	0,3	0,9	0,8	0,5	0,2	0,6	0,0	0,2	0,6
GO	1,2	1,9	1,2	1,2	0,3	2,3	0,9	0,4	1,5
DF	1,2	1,5	2,3	1,6	0,6	2,7	3,0	1,9	1,6
N	1,8	1,9	0,5	1,6	1,5	1,8	0,7	1,3	1,7
NE	10,2	11,7	7,0	8,1	6,7	12,8	5,3	3,5	10,2
SE	68,2	64,8	54,4	70,9	81,2	62,5	82,4	83,2	68,7
S	18,3	17,3	33,8	15,0	9,5	17,4	7,8	9,5	13,8
CO	2,6	4,3	4,4	3,4	1,1	5,5	3,9	2,5	3,7
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

BIBLIOGRAFIA

- Modelo de Diagnóstico Sócio-Econômico - CPP - SENAC - DN - 1974
- O Setor Terciário do Brasil CPP - SENAC - DN - 1975
- Diagnósticos Estaduais - DD.RR. SENAC - 1974
- Almeida, Wanderly Manso, Silva, Maria da Conceição - Dinâmica do Setor Serviços no Brasil
- Almeida, Wanderly Manso - Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil
- Oliveira, Francisco - A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista in Estudos CEBRAP nº 2
- Singer, Paul - Força de Trabalho e Emprego no Brasil Cadernos CEBRAP 3. SP.1971
- Censos Demográficos 1950 - 1970

Doc. 3

SUPLETIVO

Ensino	REGULAR																
Natureza	HABILITAÇÃO	INICIAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO													
Tipos de Programações				CURSOS			SEMINÁRIOS			ENCONTROS			CICLO DE PALESTRAS				
Indicadores																	
Nível (grau)	2º	1º	1º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	
Duração	2 a 5 anos	Variável conforme os objetivos						Variável conforme os objetivos									
C. Horária	Legal	Variável conforme os objetivos						Reduzida e concentrada						R. e concentrada (mínimo de 3 palestras)			
Conteúdo Programático	Predominância de conteúdos profissionalizantes Educação Geral	Predominância de conteúdos dos profissionalizantes (básicos) Matérias Relacionadas		Predominância de conteúdos profissionalizantes Matérias Relacionadas		Específico			Específico								
Objetivo	Formação de Técnicos e auxiliares	Preparação para o desempenho de tarefas elementares de determinada ocupação		Preparação para o exercício de uma ocupação pelo domínio das tarefas que a caracterizam		Elevação do nível do participante, e/ou aprofundamento e/ou atualização			Estudos e debates de temas específicos em grupo, com limitação do nº de part.			Intercâmbio de experiências de trabalho			Divulgação de teorias e técnicas específicas		
Pré-requisitos	1º grau completo	Variável conforme as tarefas a desempenhar		Variável conforme a ocupação		Profissionais em exercício e/ou qualificadas			Profissionais e, em particular, Dirigentes de Empresas						Profissionais e pessoas vinculadas ao Setor Terciário.		
Estrutura e Dinâmica Curricular	Legal(modulada)	Com perspectiva de domínio de tarefas afins		Modulada com perspectiva (quando convier, de créditos à Habilitação)		Variável conforme as Objetivos			Variável conforme os objetivos								
Regime	Intercomplementaridade	Ensino próprio ou/e em convênio, conforme o caso		Ensino Próprio (e/ou em convênios em casos especificamente definidos)		Ensino Próprio e/ou em convênio			Ensino Próprio								

OBS.: 1 - A "Aprendizagem", função legal do SENAC, é executada através das "naturezas": iniciação ou e qualificação.

2 - Os Programas de Treinamento realizados em acordos e convênios, serão executados através das "naturezas Iniciação e Aperfeiçoamento (e em casos raros "qualificação")". Serão adaptados às demandas emergentes do mercado. Serão exclusivamente profissionalizantes de carga horária reduzida e concentrada e atenderão clientela de 1º, 2º e 3º grau.

Doc. 10

**AS UNIDADES MÓVEIS COMO MODALIDADE OPERATIVA:
A EXPERIÊNCIA DO DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO**

*Elias Romão Marão**

* Técnico do Departamento Regional do SENAC em São Paulo — Diretor da UNIFORT
— Unidade Móvel de Formação e Treinamento.

INTRODUÇÃO:

O SENAC, ao cumprir com as políticas de Formação Profissional estabelecidas no PNAS (Plano Nacional de Ação do SENAC) e, em conjunto com o sistema educacional brasileiro, é um dos pilares fundamentais do esforço que realiza o governo brasileiro na arrancada para o desenvolvimento.

As Unidades Móveis, em função de suas características — metodologia eminentemente ativa, dinâmica e criadora, que se manifesta na exigência de que o aluno "aprenda fazendo" — é o meio de que se vale o SENAC para desenvolver suas programações, nas cidades que não possuem unidades fixas, seja em função de sua proximidade a outras unidades, seja pela insuficiência de um nível populacional compatível com tal investimento.

Nestas cidades, as equipes desenvolvem um vasto leque de programações, desde a iniciação profissional representada pelos programas de treinamento, até o nível de aperfeiçoamento e especialização, incluindo-se, neste meio, os cursos de qualificação e os seminários.

O plano de atividades é sempre dirigido para a capacitação profissional requerida pela demanda de mão-de-obra existente no mercado de trabalho do setor terciário.

Características das Unidades Móveis:

As Unidades Móveis, modalidade operativa do Sistema SENAC, apresenta características que permitem a realização efetiva do trabalho a que se propõe. Citamos como principais as seguintes:

- 1) Flexibilidade para adaptar-se facilmente, às mudanças e características inovadoras das profissões criadas pelo ritmo do progresso e do crescimento do país;
- 2) recursos mínimos necessários para atender à tarefa de formação profissional, porém, com condições de fazê-lo em alto nível qualitativo e quantitativo;
- 3) capacidade de adaptação das programações, às necessidades regionais de formação profissional, moldando a oferta de cursos

às reais necessidades da comunidade visitada, e cobrindo as necessidades básicas de formação profissional no setor terciário nas diferentes regiões brasileiras;

- 4) investimento em recursos humanos, pedagógicos e materiais, inferior ao exigido pelas unidades fixas, em função do baixo custo operacional, mantendo, todavia, o nível qualitativo das programações;
- 5) material didático e demais recursos pedagógicos especialmente preparados para essa modalidade em decorrência do fato da formação profissional acelerada necessitar de material específico para o atingimento de seus fins;
- 6) o instrutor, elemento mais importante de todo o processo, cujas características devem reunir a significativa experiência profissional, conhecimentos técnicos amplos, qualidades pessoais, habilidade para ensinar e, principalmente, características de educador imbuído de um alto grau de responsabilidade, exigido pelas dificuldades de uma constante supervisão direta.

Objetivos Complementares:

Além dos objetivos citados e do aspecto social de levar a formação profissional a todas as comunidades, mesmo as de baixa população urbana, destacamos também os seguintes:

- 1) Colaborar intensamente com o segundo PND, que aponta a meta de gerar anualmente 1.320.000 empregos;
- 2) oferecer possibilidades de ocupação dos jovens em sua cidade de origem, fornecendo a necessária capacitação em seu meio vivencial;
- 3) fornecer iniciação profissional a aqueles que não têm condições mínimas de participação no mercado de trabalho, e dar condições ao subempregado, para melhorar seus conhecimentos; e, conseqüentemente, o seu posicionamento profissional e o seu nível de rendimento salarial;
- 4) fornecer aos que não tiveram possibilidade de uma educação regular normal e seqüencial, a oportunidade de adquirir habilidades profissionais.

EXPERIÊNCIAS DO DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO: UNIFORT

O Departamento Regional de São Paulo, por intermédio de uma de suas unidades operativas, a Unidade Móvel de Formação e Treinamento — UNIFORT, tem realizado, desde a sua implantação em 1973, uma ampla e diversificada programação, abrangendo todo o estado de São Paulo.

As Etapas do Trabalho da UNIFORT e a Metodologia de Ação Comunitária:

A UNIFORT utiliza a metodologia de Ação Comunitária, como instrumento no processo de envolvimento das comunidades e no levantamento das necessidades e encaminhamento de soluções para os problemas de formação profissional. Este processo foi o adotado pelo Regional quando seus técnicos verificaram a necessidade da introdução de uma metodologia que possibilitasse o envolvimento da comunidade na resolução de seus problemas de formação de recursos humanos para o setor terciário. Uma metodologia que atuasse em dois níveis: social e educacional (mais especificamente de formação profissional). Procurou-se então adaptá-la à consecução dos objetivos específicos do SENAC.

A Ação Comunitária é conceituada por Renato Requiça como sendo: "trabalho sócio-educativo que consiste em uma intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas das comunidades, sensibilizá-las para mobilização de lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas como um todo".

- a) As atividades desenvolvidas pelas Unidades Móveis do SENAC constituem, em seu todo, um trabalho social e educativo de cunho essencialmente profissionalizante.
Social, na medida em que procura envolver toda a comunidade em uma participação ativa, efetiva e responsável, no desenvolvimento de uma atividade que responda às reais necessidades e aspirações da comunidade.
Educativo-profissionalizante por ser a educação profissional o objetivo essencial da entidade.

- b) As atividades desenvolvidas pelas Unidades Móveis são deflagradas a partir de uma intervenção deliberada, pois o que provoca a visita de uma unidade móvel em determinada comunidade não é uma disposição aleatória, mas sim uma ação intencional, resultante da análise de dados concretos, obtidos através de levantamentos e pesquisas, dados secundários sobre as necessidades da comunidade, provenientes de outras instituições (Sindicatos, Associações de Classe, Prefeituras, IBGE, Secretaria do Planejamento, INPS, Faculdades, etc.).
- c) As atividades são processadas com a comunidade, à medida em que são programadas em conjunto com pessoas e instituições locais. Este procedimento, de início, elimina grande parte do verticalismo que eventualmente assumiriam as programações levadas a efeito em comunidades sem o concurso de pessoas e grupos locais. Por outro lado, o mesmo procedimento fornece ao trabalho um cunho mais científico, ao propiciar *in loco* a investigação dos reais anseios e necessidades de formação profissional para comércio e serviços. As informações obtidas através da participação comunitária, somadas aos levantamentos prévios de dados sócio-econômicos, permitem uma satisfatória diagnose com vistas à programação de cursos, seminários e programas de treinamento a serem desenvolvidos.
- d) O concurso da comunidade na programação visa, sobretudo, levá-la à reflexão sobre suas peculiares necessidades de desenvolvimento de recursos humanos, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade relacionados às carências de mão-de-obra para o setor terciário. Esta reflexão é realizada por membros da comunidade relacionados com o trabalho, devidamente assessorados pelos instrutores das Unidades Móveis. Através dela é realizada uma sensibilização para a mobilização e coordenação de lideranças locais que as predis põem para uma ação que visa o encaminhamento de soluções daqueles problemas relacionados com a formação profissional e que repercutem na comunidade.

Recursos Humanos:

Para o desenvolvimento desse trabalho é empregado o técnico denominado instrutor. Para desempenhar o cargo de instrutor de

cursos profissionalizantes, são recrutados profissionais com experiência de trabalho em uma das áreas do setor terciário, que apresentem, após aplicação de testes específicos, condições para desenvolverem um trabalho educacional.

O instrutor é recrutado mediante edital publicado nos principais jornais, tendo-se como desejável o aproveitamento dos ex-alunos do SENAC que se destacaram durante os cursos. Os requisitos necessários para o recrutamento são:

- comprovada experiência profissional na área;
- idade: 21 a 40 anos.

O candidato é submetido a uma seleção prévia através de entrevistas e testes de conhecimentos gerais e específicos da área em que vai atuar.

Cumprida esta etapa inicial, o candidato é encaminhado à Divisão de Psicologia Aplicada para a seleção, da qual consta:

- exame de aptidão;
- estudo da personalidade, e
- exame médico.

Após a admissão, o instrutor recebe um treinamento que lhe fornece o embasamento técnico mínimo para o desempenho de suas funções. Este treinamento é inicialmente realizado na UNIFORT, e posteriormente completado em campo, junto às equipes, onde o instrutor recebe subsídios do grupo e dos demais elementos da área específica.

Dentro da política de desenvolvimento de recursos humanos existentes para todo Departamento Regional, é dada ênfase aos programas relativos ao aprimoramento profissional dos instrutores, em função da complexidade e diversidade das tarefas que executam.

A partir das necessidades do quadro, prevê-se a realização periódica de:

- Programas de treinamento em áreas específicas, a fim de fornecer os subsídios necessários ao técnico, para que exerça a polivalência desejada dentro de sua área e desenvolva técnicas de ensino adequadas às situações que surgirem;

- programas de aperfeiçoamento e reciclagem, visando atualização e aprofundamento dos cursos das diversas áreas;
- reuniões de avaliação periódicas, por áreas específicas, e encontro de instrutores de uma mesma área de cursos, para a troca de experiências quanto à aplicação de métodos e técnicas;
- viagens de estudos e visitas a outros Regionais e a outras entidades com atuação relacionada à formação profissional, para intercâmbio de experiências.

Para a realização dos trabalhos, a UNIFORT conta com os seguintes recursos materiais:

- Viaturas necessárias à locomoção rápida das equipes e ao transporte de todo o material levado pelas mesmas, viaturas estas que permitem o atendimento de todas as áreas da comunidade onde o trabalho se fizer necessário, pela mobilidade que propiciam. Possibilitam também a realização simultânea de programas em comunidades próximas. Têm-se mostrado como eficientes meios de divulgação da imagem institucional;
- duplicador manual e máquina de escrever, utilizados pela equipe nos trabalhos administrativos, de divulgação, e de produção de material didático complementar;
- projetor de "slides", projetor cinematográfico, retroprojetor, gravador, quadro-negro portátil, telas e equipamentos específicos das áreas de higiene e beleza e hospitalidade, são os equipamentos empregados como recursos didáticos, pelos instrutores, os quais são treinados previamente na sua utilização.

QUADRO DE ATENDIMENTO DA UNIFORT EM 1974 E 1975

Comparativamente foi o seguinte o atendimento da UNIFORT nos anos de 1974 e 1975:

1974			1975 = £ =		
ÁREA	TURMAS	ALUNOS	ÁREA	TURMAS	ALUNOS
Escritório	352	12.588	Escritório	394	16.665
Prop. Comunic.	290	9.440	Prop. Comunic.	215	8.376
Hospitalidade	262	6.326	Hospitalidade	191	5.495
Vendas	111	3.470	Vendas	95	3.388
Hig. Beleza	58	2.092	Hig. Beleza	43	2.271
Turismo	2	43	Turismo	5	251
Seminários	11	498	Seminários	8	849
Total	1.086	34.457	Total	951	37.295

= £ = Dados computados até setembro/75.

Para 1976, a previsão de atendimento da UNIFORT é de 55.500 alunos, com 66 instrutores que comporão 19 equipes.

Conforme elaborado no PAFP (Plano de Atividades de Formação Profissional) é o seguinte o quadro de previsão para 1976.

ÁREA OCUPACIONAL	PREVISÃO DE MATRÍCULAS		
	QUALIFICAÇÃO	SUPRIMENTO	PROG. TREINAM.
Escritório	375	9.530	13.000
Vendas	575	2.330	4.500
Prop. Comunicação	150	5.830	8.400
Hospitalidade	—	2.400	4.500
Higiene e Beleza	—	500	2.600
Turismo	—	510	300
Total	1.100	21.100	33.300
Total Geral	55.500		

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DAS EQUIPES E INSTRUTORES PARA 1976:

A divisão de equipes é feita de acordo com a adotada pelo Departamento Regional de São Paulo.

ÁREAS ATUAÇÃO	N.º EQUIPES	INSTRUTORES	PREV. ATENDIM.
Santos	01	04	4.070
Taubaté	01	03	3.310
Botucatu	01	04	3.630
Campinas	02	06	5.700
São Carlos	02	06	3.960
Araraquara	01	03	3.100
Ribeirão Preto	01	04	4.200
Bauru	02	06	4.000
S. José R. Preto	01	04	3.850
Marília	02	06	4.400
Santo André	02	08	4.730
São Paulo	03	12	10.550
Total	19	66	55.500

Perspectivas:

A previsão de atendimentos, para o ano de 1976, da UNIFORT, mostra a importância e a crescente participação desta modalidade operativa no total de atendimento do Regional de São Paulo, o que vem a confirmar as perspectivas otimistas que se reserva a esta modalidade, dentro do SENAC.

Em termos de ampliação da atuação da Unidade, cabe destacar o crescente aumento do número de municípios e bairros atendidos, visando atingir o máximo possível da clientela potencial. A previsão para 1976 é de atendimento a 140 municípios.

No que se refere a diversificação da Unidade, está sendo elaborado, para implantação em 1976, um projeto que prevê a utilização de unidades para o atendimento de áreas específicas. Um exemplo seria a constituição de equipe, composta de instrutores de hospitalidade e turismo, que atenderá as regiões carentes de programação nessas áreas, ou seja, estâncias climáticas, hidrominerais e cidades turísticas litorâneas. O trabalho será desenvolvido em conjunto com a

Secretaria de Turismo. Paralelo a esse projeto, estuda-se a implantação de unidade específica para a área de saúde. Outro projeto viabiliza, para 1976, a criação do CIPRO MÓVEL, Unidade Móvel de Informação Profissional, que dirigirá-se às comunidades, fornecendo dados e esclarecendo sobre as mais variadas profissões do setor terciário. A organização de feiras, palestras, seminários, debates, lembraria constantemente, a importância da formação profissional, e atingiria todas as faixas etárias da população. Enquanto estivesse presente na comunidade, o CIPRO MÓVEL tornaria acessíveis, informações técnicas sobre as profissões, e as levaria a todos, através de um amplo programa comunitário que atingisse as entidades, grupos formais e informais, criando condições para um conhecimento amplo das ocupações terciárias, por parte da comunidade.

O Centro de Teleducação, que iniciará suas atividades pela modalidade de Ensino por Correspondência, poderá conjugar seus trabalhos ao da Unidade Móvel, onde os instrutores, além da programação normal, executarão o acompanhamento das turmas, avaliando os conhecimentos adquiridos, funcionando como estímulo ao conhecimento de tarefas profissionais e proporcionando a aplicação prática e operacional desses conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA:

- 1 Diretrizes Gerais de Ação do SENAC. Rio de Janeiro, D.N. SENAC, 1973.
- 2 REQUIXA, Renato. Ação Comunitária. São Paulo, SESC, 1968.
- 3 O SENAC e a Educação Permanente. Rio de Janeiro, D.N. SENAC, 1973.
- 4 SUBSÍDIO TÉCNICO nº 32. São Paulo. Departamento Regional. SENAC, 1975.

ATUAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL NO SENAC

METAS DO PNAS	OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	ATIVIDADES DA CEP	CAMPO DE ATUAÇÃO
- Integração ao Desenvolvimento Nacional.	Valorização das ocupações terciárias e do profissional.	- Planejamento interdisciplinar	Departamento Regional
- Expansão do atendimento.	Atendimento ao Mercado de Trabalho.	- Recrutamento de clientela <ul style="list-style-type: none"> . Divulgação institucional . Divulgação das programações . Informação ocupacional . Cadastramento de clientela 	CFP
- Desescolarização.	Preservação da qualidade do processo.	- Seleção de clientela <ul style="list-style-type: none"> . Verificação das condições do candidato . Informação ocupacional . Reencaminhamento 	Empresas Pedagógicas
- Integração curricular.	Melhoria da eficácia profissional.	- Acompanhamento e avaliação psicopedagógica do aluno. <ul style="list-style-type: none"> . Trabalho com grupos . Conselho de classe 	Capacitação na empresa
- Interdisciplinaridade.	Melhoria da eficiência metodológica.	- Encaminhamento e acompanhamento do estágio e/ou colocação.	Unidades Móveis
	Aumento do índice de aprovação.	- Acompanhamento psicopedagógico do Instrutor. <ul style="list-style-type: none"> . na Seleção . no Treinamento . no Acompanhamento do desempenho docente. 	Teleducação
	Ampliação do alcance do atendimento.	- Acompanhamento da participação do Instrutor: <ul style="list-style-type: none"> . no recrutamento e seleção de clientela . na Informação e divulgação profissional. . no acompanhamento do aluno no curso e no estágio. 	Comunidade: Escolas
	Redução do índice de evasão.	- Avaliação das atividades em geral.	Empresas
	Mobilização da comunidade.	- Sugestão para replanejamento e novas técnicas	
	Participação da empresa no processo de Formação Profissional.	- Validação do processo de Formação Profissional	

I - Considerações Preliminares

O campo de ação do SENAC agrega um conjunto de atividades que se caracterizam por representar a produção de serviços, e na composição geral da economia se reconhecem como de natureza terciária, em comparação com as atividades agrícolas e as atividades industriais. Essas atividades terciárias encontram-se divididas entre dois subsetores econômicos: o de comércio e o de serviços.

O subsetor de comércio de mercadorias é responsável por 42% do produto terciário e responde por 21% do emprego. O subsetor de serviços emprega 31% da força-de-trabalho terciária, superando a participação do primeiro. Entretanto, o subsetor de serviços geralmente se hipertrofia com numeroso contingente subocupado, representando considerável faixa de reduzida produtividade, pela presença de ocupações de baixo status social e remuneração pouco atraente.

Por sua vez, cada um destes subsetores pode ser estratificado por áreas ocupacionais, formadas por ocupações semelhantes ou funcionalmente aproximadas ou integradas.

Essas áreas ocupacionais situam-se em faixas de diferentes níveis de dinamismo, complexidade e tecnificação, dentro do processo produtivo e em sintonia com o padrão de desenvolvimento do país. Isto, por sua vez, determina uma visão estratificada do sistema ocupacional, quando as mesmas ocupações podem assumir dimensões diferentes em distintas empresas, e ocupações diferentes podem alocar-se em ramos de atividade com diferentes contribuições ao sistema produtivo nacional.

A formação profissional, respondendo à configuração do mundo do trabalho, estabelece uma abordagem integrativa e modular dos currículos e programas formativos, orientando-se por dois parâmetros definidos: os ramos econômicos e a estratificação ocupacional. Tudo, naturalmente, referido à reali-

dade das empresas comerciais e de serviços, para quem o SENAC destina atendimentos suplementares, como divulgação de novos métodos ou técnicas de comercialização, elaboração de programas próprios de treinamento, aperfeiçoamento de empresários, divulgação de informações sobre o mercado de trabalho, e assessoramento nos aspectos ligados à administração de recursos humanos.

II - Metas

1. Foram determinadas as seguintes metas quantitativas, por Região e Administração Regional, tendo em vista a meta global de 1.800.000 matrículas a ser atingida no período de vigência de 19 PNAS:

AA.RR.	METAS FÍSICAS em PNAS			TOTAL
	1976	1977	1978	
AM	6.040	8.450	9.670	24.160
PA	10.000	15.400	23.600	49.000
MA	5.000	6.000	7.500	18.500
PI	4.500	5.500	7.000	17.000
CE	9.000	11.000	13.000	33.000
RN	5.500	6.500	7.500	19.500
PB	4.500	5.500	7.000	17.000
PE	12.000	14.000	16.000	42.000
AL	5.000	6.000	7.000	18.000
SE	4.000	5.000	6.000	15.000
BA	12.000	14.000	16.000	42.000
MG	40.000	52.000	58.000	150.000
ES	7.000	8.000	10.000	25.000
RJ	71.936	83.308	94.756	250.000
SP	185.000	205.000	240.000	630.000
PR	45.000	51.500	55.000	151.500
SC	11.000	13.100	15.500	39.600
RS	46.000	52.400	56.000	154.400
GO	11.000	13.000	15.000	39.000
MT	9.024	12.142	14.174	35.340
DF	8.000	10.000	12.000	30.000
REGIÃO NORTE	16.040	23.850	33.270	73.160
REGIÃO NORDESTE	61.500	73.500	87.000	222.000
REGIÃO SUDESTE	303.936	348.308	402.756	1.055.000
REGIÃO SUL	102.000	117.000	126.500	345.500
REGIÃO CENTRO-OESTE	28.024	35.142	41.174	104.340
BRASIL	511.500	597.800	690.700	1.800.000

2. Estabeleceu-se a seguinte distribuição das metas por áreas de atuação:

ÁREAS	1976	%	1977	%	1978	%
Venda	63.831	13	76.598	13	89.791	13
Administração	38.292	7	61.918	10	55.255	8
Escritório	219.794	43	238.148	40	283.187	41
Comunicação e Propaganda	45.749	9	47.794	8	62.163	9
Estoque	5.291	1	11.831	2	13.814	2
Turismo	52.616	10	57.352	10	69.070	10
Saúde	49.385	10	62.362	5	69.070	10
Serviços Pessoais	26.555	5	28.192	5	34.535	5
Serviços Auxiliares	9.987	2	13.605	2	13.814	2
TOTAL	511.500		597.800		690.700	

3. Estabeleceu-se a seguinte distribuição das metas por natureza da formação profissional:

NATUREZA	1976	%	1977	%	1978	%
Iniciação	112.783	22	131.516	22	151.954	22
Qualificação *	174.643	34	203.252	34	234.838	34
Habilitação	8.166	2	11.956	2	13.814	2
Aperfeiçoamento	215.908	42	251.076	42	290.094	42
TOTAL	511.500		597.800		690.700	

* Os cursos de Aprendizagem são considerados na categoria de Qualificação.

4. O SENAC, realizando a diversificação e flexibilização estrutural, atuará com seis modalidades operativas, na seguinte proporção de matrículas:

MODALIDADES	1976	1977	1978
CFP	42	35	30
Unidades Móveis	45	45	80
Empresas Pedagógicas	5	5	10
Capacitação na Empresa	4	7	10
Teleducação	4	8	10
TOTAL	100	100	100

5. O SENAC realizará a modulação de seus cursos da área de escritório, através do LCM.

6. O SENAC realizará estudos e experiências para ampliar as formas de assistência às empresas. Especialmente:

- 6.1. Assessoramento técnico às empresas no desenvolvimento de sua política de recursos humanos.
- 6.2. Assessoramento na montagem de centros de treinamento das próprias empresas, através de metodologia-SENAC.
- 6.3. Promoção do sistema de colocação e dos estágios de treinamento.
- 6.4. Realização de programas de desenvolvimento para empresários.
- 6.5. Realização de estudos sobre o mercado de trabalho.

TERMO DE REFERÊNCIADoc. 6

O Programa Nacional de Teleducação surgiu da necessidade de utilização pelo SENAC de Tecnologia capazes de permitir alcances numéricos significativos, sem perda de qualidade, e menores empenhos financeiros.

O Programa de Teleducação gerou três projetos de instalação de Centros a serem instalados em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco e 16 projetos de produção de material didático.

O Programa tem apoio financeiro no Fundo de Projetos Especiais.

Os Centros deverão ser sustentados e mantidos pelos DD.RR. dentro de seus raios de ação sendo geridos e administrados pelo DR. onde estão sediados.

A partir de plano estratégico, o programa se inicia pela utilização do Ensino por Correspondência e crescerá, gradativamente, para alcances de Rádio e TV.

Objetiva-se no sistema utilizar variados recursos e metodologias (Multimeios) e testar a aplicabilidade de Tecnologias no campo de Formação Profissional.

Os Programas de cursos de Teleducação serão integrados às outras modalidades operativas do SENAC e terão, em alguns casos, caráter complementar.

O sistema surge da conjugação de esforços técnico-orçamentários das AA.RR., na medida em que na dinâmica está previsto perfeito entrosamento em variados graus e níveis entre Centros e DD.RR.

Os DD.RR. SP/MG e PE, sede de Centros, respondem pela dinâmica do sistema, conforme plano específico e produção dos cursos. Contarão com a colaboração dos acervos GB/RJ e DR ES na elaboração de material de apoio. Os demais DD.RR. se com-

= Condição comiss
= Arquivista
= Responsável de
= Unidade logística
= Caixa

TELEEDUCAÇÃO SENAC - CRITÉRIOS E DINÂMICA

(edição preliminar)

1. INTRODUÇÃO

2. CARACTERÍSTICAS

3. OBJETIVOS

- 3.1 - Geral
- 3.2 - Específicos

4. ESTRUTURA

- 4.1 - Unidades Operativas
- 4.2 - Recursos Humanos

5. DINÂMICA

- 5.1 - Fluxo de Trabalho - Ensino por Correspondência
- 5.2 - Atribuições e Competências
 - 5.2.1 - das Unidades Operativas e Coordenações
- 5.3 - Especificações
 - 5.3.1 - Sondagem e Pesquisa
 - 5.3.2 - Divulgação
 - 5.3.3 - Organização de Cursos
 - 5.3.4 - Produção de material didático
 - 5.3.5 - Custos

6. RECOMENDAÇÕES

1. INTRODUÇÃO

O Sistema de Teleducação SENAC se estrutura a partir da criação de Centros e Coordenações Regionais e tem em vista o alcance prioritário de clientela situada nas áreas periféricas às grandes cidades e de localidades interioranas.

O planejamento do sistema parte de comprovada disponibilidade de Tecnologia Educacional e de variados meios de comunicação, de que a Instituição irá se valer na difusão de cursos para os quais esses veículos se apresentem eficazes e didaticamente recomendáveis.

Pretende-se introduzir nos trabalhos da Teleducação estratégia de conjugação de esforços e distribuição de responsabilidades pelos Departamentos Regionais, envolvidos caracterizando-se, efetivamente, a existência de um sistema harmonicamente estruturado.

Os recursos técnicos criados para o sistema serão difundidos entre os Centros sob a Coordenação do DN.

A integração de conteúdos e métodos e a soma de um maior número de especialistas na montagem de projetos de cursos permitirão tratamento crítico na elaboração prévia de mensagens, alcançando-se, gradativamente, o refinamento no processo ensino-aprendizagem.

Centros e Coordenações Regionais devem representar núcleos de atuação institucional capazes de implementar, complementar, reforçar e dinamizar os programas de trabalho do SENAC.

Considerando-se o alcance dos Projetos de Teleducação SENAC em termos de população atingida e recursos utilizados, a seleção de cursos deverá apoiar-se em pesquisas definidoras de carências prioritárias e em criteriosa política de aplicação de recursos técnico-financeiros.

2. CARACTERÍSTICAS

- 2.1 - Descentralização dos programas Institucionais;
- 2.2 - Coparticipação das AARR;
- 2.3 - Flexibilidade nas programações;
- 2.4 - Articulação com canais e veículos de comunicação existentes;
- 2.5 - Articulação com outras modalidades operativas do SENAC;
- 2.6 - Utilização de multimeios;
- 2.7 - Alcance quantitativo e qualitativo;
- 2.8 - Clientela preferencialmente não atendida por outra modalidade;
- 2.9 - Redução do tempo médio operacional da instrução;
- 2.10 - Menor empenho custo-aluno.

3. OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral

Promover e executar programas de formação e informação profissional para as atividades terciárias, através de ensino por correspondência, rádio e TV dirigidos a clientela preferencialmente não atendida por outras modalidades operativas;

3.2 - Objetivos Específicos

3.2.1 - Promover meios e procedimentos para implantação de cursos pelos veículos teleducativos;

3.2.2 - Desenvolver técnicas de programação de televisão, rádio e correspondência aplicados à formação profissional;

3.3.3 - Avaliar resultados em termos de alcances e custos;

3.3.4 - Desenvolver e testar métodos e rotinas de trabalho que melhor se apliquem às programações a serem desenvolvidas;

3.3.5 - Avaliar os efeitos educativos e profissionais das modalidades utilizadas;

3.3.6 - Desenvolver recursos humanos para os programas teleducativos.

4. ESTRUTURA

4.1 - Unidades Operativas e Coordenações

O Sistema de Teleducação SENAC é constituído pelas seguintes unidades de ação:

- Centros
- Coordenações Regionais
- Coordenação Nacional

4.1.1 - Os Centros são unidades operativas criadas por indicação do DN em determinados pontos estratégicos considerada a área de abrangência e recursos disponíveis.

Entende-se por Centro as unidades mantidas por um grupo de DD.RR. de uma mesma área e administrado pelo DR onde fica sediado.

4.1.2 - As coordenações regionais constituem função a ser exercida pelas Divisões de Formação Profissional dos DD.RR. e que servirá de apoio aos programas, nas áreas estaduais.

4.1.3 - A Coordenação Nacional é a função de supervisão - planejamento, acompanhamento e avaliação exercida pelo DN.

4.2 - Recursos Humanos

4.2.1 - Coordenador

A nível de Centros, Departamentos Regionais e Departamento Nacional.

Formação: Em Educação ou Comunicação em nível superior. Especialização em Tecnologia Educacional.

Atribuição: Gerência, Direção ou Coordenação de Unidade Operativa a nível DN/DD.RR. com responsabilidades técnico-administrativas.

4.2.2 - Supervisor Técnico

A nível de Centros e DD.RR.*

Formação: Em Educação em nível superior. Especialização em Tecnologia Educacional.

Atribuição: Supervisão técnico-pedagógica dos programas desenvolvidos pelo Centro.

4.2.3 - Técnicos Auxiliares

A nível de Centros

Formação: Em Educação ou Comunicação (nível médio ou superior).

Atribuição: Apoio técnico-pedagógico.

4.2.4 - Auxiliares Administrativos

A nível de Centros

Formação: de acordo com exigência das tarefas.

Atribuição: serviços datilográficos, recepção e expedição, arquivo e controle, secretaria, impressão e reprodução, almoxarifado.

4.2.5 - Auxiliares de Serviços Gerais

A nível de Centros

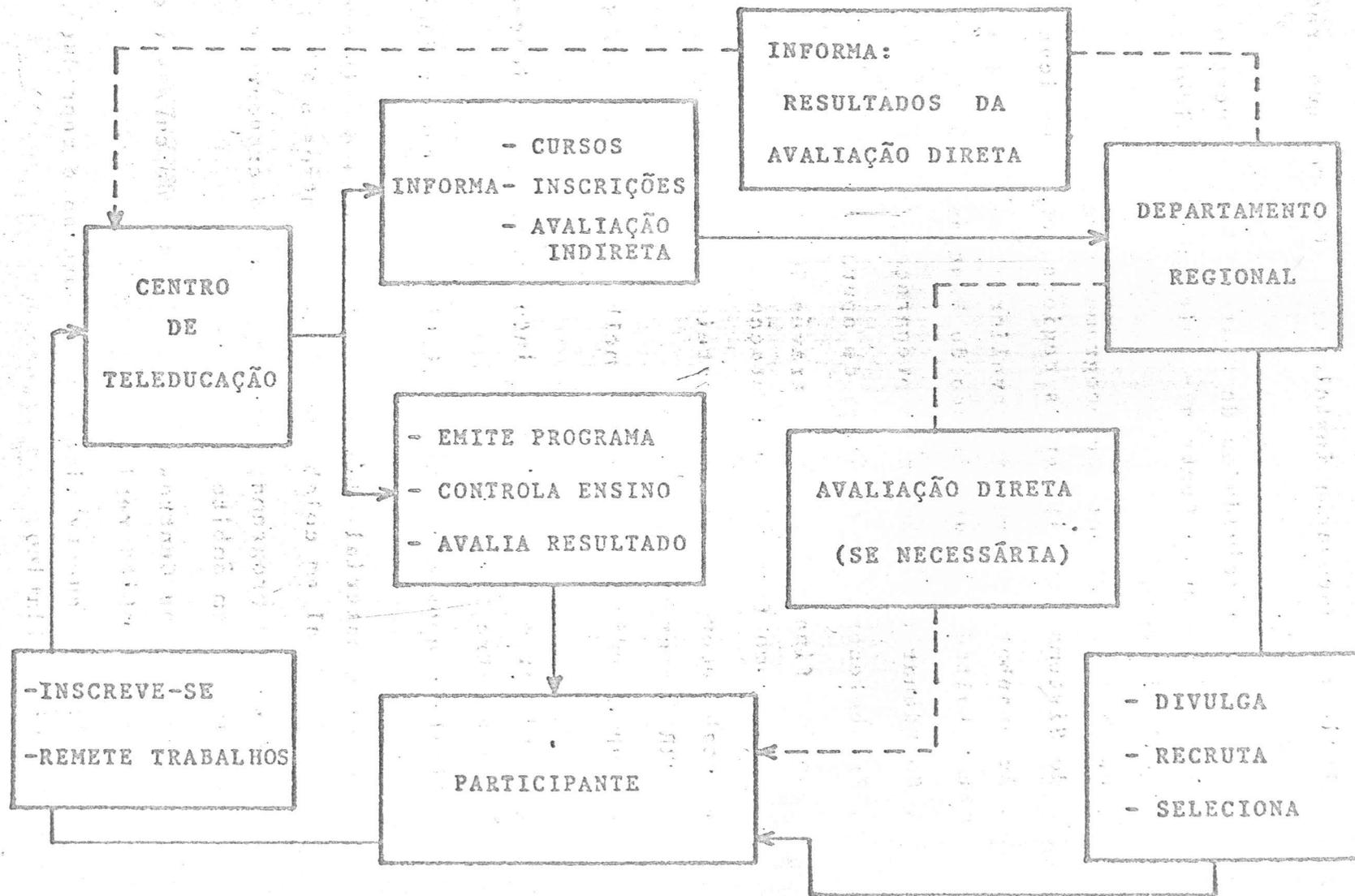
Atribuição: empacotamento, entrega e serviços afins.

OBS: O número de instrutores, acompanhamento e avaliação a serem engajados no Centro dependerá do volume e do fluxo de trabalho.

Sugere-se que seja estabelecida uma proporcionalidade:
ALUNOS ATENDIDOS CURSO HORAS DE TRABALHO.

* Dependendo da estrutura do Departamento Regional a responsabilidade de Coordenação e Supervisão ficará a cargo de um único elemento.

5.1 - Fluxo de Trabalho - Ensino por Correspondência



———— Fluxo contínuo
 - - - - Fluxo ocasional

5.2 - Atribuições e Competências

5.2.1 - do Departamento Nacional

- Coordenar e supervisionar o Sistema de Teleducação SENAC;
- Indicar e aprovar a instalação de Centros que irão compor o Sistema;
- Planejar as atividades do Sistema de Teleducação em colaboração com os Centros - neles compreendidos os DDDR, que o integrem;
- Estabelecer planos e cronogramas para alcance gradativo do Sistema nas diferentes regiões geo-econômicas;
- Acompanhar, controlar e avaliar a execução dos programas e resultados da utilização do Sistema a nível nacional;
- Coordenar e colaborar na preparação de recursos humanos;
- Estabelecer a sistemática de apuração dos custos;
- Apoiar financeiramente, através do FPE, os projetos das AARR, como forma de sustentação do Sistema;
- Estabelecer critérios de rateio dos custos entre os DDDR integrantes;
- Propor medidas que visem a melhoria gradativa do Sistema;
- Coordenar o intercâmbio de informação e comunicação intra e extra Sistema;
- Divulgar e promover as iniciativas de abrangência nacional;
- Elaborar material básico de divulgação e informação profissional em colaboração com os Centros e AARR;
- Coordenar a programação dos cursos e o cronograma de atividades em âmbito nacional;
- Assessorar os Centros no planejamento de cursos e cronogramas em âmbito regional;
- Coordenar e supervisionar a elaboração e reprodução do material didático;
- Coordenar e promover pesquisas e levantamentos de apoio ao Sistema, a nível nacional, e sugerí-las a nível regional;

. Coordenar em âmbito nacional a elaboração de análises ocupacionais que atendam aos cursos oferecidos pelo Sistema de Teleducação;

. Analisar e aprovar os projetos de custeios dos Centros;

5.2.2 - dos Centros de Teleducação

. Programar, em articulação com o DN e com as Coordenações Regionais, os cursos a serem realizados;

. Sugerir ao DN e aos DDDR, conforme o caso, pesquisas e levantamentos necessários à programação de cursos;

. Realizar a divulgação dos cursos, quando forem utilizados meios de comunicação que atinjam sua área de atuação, sempre em articulação com as Coordenações Regionais;

. Emitir programas, receber, controlar e avaliar os trabalhos dos alunos;

. Propor às Coordenações Regionais, ouvida a Coordenação Nacional, formas de articulação do Sistema de Teleducação com outras modalidades operativas;

. Determinar, sempre em articulação com as Coordenações Regionais, o número mínimo de matrículas previstas para cada DR, conforme critérios a serem estabelecidos em plano nacional;

. Determinar os custos que envolvem o programa de trabalho dos Centros e remeter ao DN para o devido rateio das despesas entre DDDR, de acordo com critérios estabelecidos;

. Elaborar os projetos de custeios dos Centros em colaboração com os DDDR integrantes, para análise e aprovação pelo DN;

. Avaliar o rendimento dos alunos de forma indireta e/ou direta no limite do Estado onde se acha situado o Centro, e de forma indireta nos demais;

. Manter um sistema de registro e controle de acordo com os critérios estabelecidos;

. Informar, mensalmente, aos DDDR integrantes e ao DN o movimento de matrículas;

- Remeter mensalmente ao DN e DD.RR. demonstrativo da receita e despesas do Centro;
- Promover, em articulação a Coordenação Nacional encontros periódicos com as Coordenações Regionais integrantes, para iniciativas de planejamento, operacionalização e treinamento;
- Produzir material didático de apoio em articulação com a Coordenação Nacional e Regional;
- Emi^{ti}r certificados.

5.2.3 - das Coordenações Regionais

- Proceder à divulgação dos cursos;
- Proceder ao recrutamento e realizar a seleção dos participantes, quando necessário;
- Planejar, coordenar e supervisionar as atividades do Sistema, na área estadual;
- Controlar a dinâmica da recepção dos programas e acompanhar o trabalho dos alunos, conforme o veículo utilizado;
- Realizar avaliação direta, quando necessária;
- Manter articulação permanente com o Centro de Teleducação quanto à dinâmica do processo, nos aspectos técnicos e administrativos;
- Participar de Encontros periódicos promovidos pelo Centro;
- Preparar projetos de operacionalização dos trabalhos de Teleducação, a nível estadual e remetê-los a Coordenação Nacional e ao Centro;
- Trabalhar em permanente articulação com os demais serviços técnicos do DR;
- Colaborar na preparação de recursos humanos;
- Participar da elaboração dos projetos de custeio do Centro de Teleducação a que pertence.

5.3 - Especificações

5.3.1 - Sondagem e Pesquisa

5.3.1.1 - Identificar as necessidades de atendimento à clientela potencial.

5.3.1.2 - Utilizar levantamentos já existentes, promovendo sua análise e adequação ao Sistema.

5.3.1.3 - Cadastrar, no mercado de trabalho, profissionais ligados ao Sistema de Teleducação.

5.3.1.4 - Proceder a estudos e análises de outras experiências em Teleducação, objetivando o aperfeiçoamento do Sistema.

5.3.1.5 - Recolher dados através de levantamentos e estudos para acompanhamento e avaliação do Sistema.

5.3.2 - Divulgação

5.3.2.1 - A divulgação com abrangência nacional será de competência da Coordenação Nacional.

5.3.2.2 - A divulgação dos cursos estará sob a responsabilidade dos Centros de Teleducação, quando forem utilizados meios de comunicação que atinjam todos os DD.RR. de sua área.

5.3.2.3 - A divulgação dos cursos deverá ser feita pelos DD.RR., quando a nível estadual.

5.3.2.4 - O material impresso para divulgação deverá obedecer a critérios estabelecidos pela Coordenação Nacional, visando à formação de imagem padrão do Sistema de Teleducação junto ao público receptor.

5.3.2.5 - O material de tramitação, nos aspectos que indidam na divulgação, deverá obe-

decer aos critérios estabelecidos pela Coordenação Nacional com a colaboração do pessoal dos Centros.

5.3.3 - Organização de Cursos

5.3.3.1 - Os cursos serão programados de acordo com as necessidades de atendimento à clientela do setor terciário e às demandas do mercado de trabalho.

5.3.3.2 - O volume de oferta de matrículas para os cursos levará em conta sistemática adequada de controle e avaliação.

5.3.3.3 - Os cursos deverão ser revistos periodicamente para atualização e adequação de conteúdos.

5.3.3.4 - Os cursos poderão ser realizados através conjugação de meios, sempre que os aspectos didáticos e de comunicação assim o indicarem.

5.3.3.5 - O Sistema de Teleducação SENAC poderá valer-se de circuitos nacionais, mediante estabelecimento de convênios.

5.3.4 - Produção de Material Didático

5.3.4.1 - A coordenação geral da produção de Programas para o sistema de Teleducação será de responsabilidade do Departamento Nacional.

5.3.4.2 - Os Programas poderão ser produzidos a nível nacional, a nível de Centros e a nível regional, nos dois últimos casos ouvidos a Coordenação Nacional.

5.3.4.3 - O Sistema de produção se apoiará nos serviços técnicos do DN e/ou DD.RR., na contratação de serviços de terceiros (firmas produtoras, gráficas, agências de publicidade, etc.) e em convênio

com Instituições de Teleducação.

5.3.4.4 - A produção de material didático, a nível de Centros, será confiada às equipes de produção dos mesmos, e dos DD.RR., ou a especialistas contratados, sempre em articulação com o DN.

5.3.4.5 - A produção de programas para a cadeia nacional será feita através do DN com a assessoria do pessoal técnico dos Centros e/ou dos DD.RR., quando for o caso.

5.3.4.6 - Os conteúdos objeto dos Programas, deverão ser fundamentados em análises ocupacionais, e/ou em Programas já definidos, mas sempre com tratamento inter-regional por parte dos conteudistas.

5.3.4.7 - Em casos especiais, técnicos contratados atuarão como conteudistas.

5.3.4.8 - A realização dos Programas, envolverá equipe interdisciplinar, assim constituída:

- . Coordenadores de Produção (equipes do SENAC ou firmas produtoras).
- . Conteudistas
- . Planejadores instrucionais.

5.3.5 - Custos

5.3.5.1 - As despesas fixas com a infra-estrutura de funcionamento dos Centros relativas a pessoal permanente e contratado (professores e instrutores), material de consumo, serviço de terceiros, encargos diversos e encargos sociais serão rateados, proporcionalmente, pelos DD.RR., em função de matrícula mínima prevista anualmente para cada um.

5.3.5.2 - As despesas variáveis relativas a mate

rial didático, de escritório e informativo e outros serão apropriados a cada Departamento Regional, em função das despesas efetivamente realizadas, com alunos da AR, matriculados no sistema.

5.3.5.3 - As matrículas de cada um dos DD.RR. ligados aos Centros, serão previstas segundo formal comprometimento de seu alcance numérico, a fim de se garantir, não só as metas quantitativas mas, também o equilíbrio de custos.

5.3.5.4 - Para os regionais que fazem parte do Fundo de Projetos Especiais, serão elaborados projetos específicos para cobertura dos custos referentes às matrículas existentes e demais despesas vinculadas ao sistema.

5.3.5.5 - Os demais regionais deverão prever dotações orçamentárias, para os encargos de rateio da manutenção do Centro de Teleducação e outras despesas.

6. RECOMENDAÇÕES

6.1 - Sugere-se, dado o caráter flexível e dinâmico inerente ao Sistema, que seja estudado e estabelecido um fluxo de comunicações rápido e efetivo entre Coordenação Nacional, Centros e Coordenações Regionais.

6.2 - Promover a imagem do Sistema de Teleducação SENAC preparando lay-out para o material gráfico onde consta o logotipo SENAC associado a elemento que caracterize a Teleducação.

6.3 - Padronizar em âmbito nacional material gráfico de registro, controle e comunicações.

6.4 - Organizar e manter atualizado cadastro de órgãos e Enti-

dades que trabalhem com Teleducação.

- 6.5 - Organizar e manter atualizado cadastro de técnicos e instrutores ligados à Teleducação.
- 6.6 - Manter gestões junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no sentido de conseguir redução das tarifas na expedição do material didático para a realização de cursos de Teleducação.
- 6.7 - Promover sondagens, pesquisas e análises ocupacionais em tempo útil, quando necessárias, para não prejudicar o planejamento, a produção e a operacionalização dos cursos.
- 6.8 - Cercar de cuidados a divulgação a ser feita em âmbito regional, tendo em vista eventuais problemas inerentes à utilização dos meios locais de comunicação.
- 6.9 - Conscientizar os técnicos de que a elevação do atendimento reduzirá o custo operacional do Sistema.
- 6.10 - Mobilizar ao máximo os recursos da comunidade no sentido de agilizar a dinâmica do processo.
- 6.11 - Definir responsabilidades e atribuições relativas à elaboração, produção e revisão sistemática do material didático, em articulação com outros programas afins.
- 6.12 - Preparar material didático que possa ser utilizado, no todo ou em parte, de forma a atender às necessidades e diferenças regionais.
- 6.13 - Manter avaliação permanente do Sistema - no todo e em parte - envolvendo Coordenação Nacional, Centros de Teleducação e Coordenações Regionais.
- 6.14 - Preparar bibliografia sobre Teleducação.

7

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
SISTEMA DE TELEDUCAÇÃO - ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA
PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE CURSO

1. DENOMINAÇÃO

- Correspondente Comercial

2. NATUREZA

- Qualificação Profissional

3. NÍVEL

- 2º Grau

4. DURAÇÃO PREVISTA

- "180 dias com possibilidade de prorrogação a critério do Centro de Teleducação.

5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA MATRÍCULA

5.1 - idade: 16 anos

5.2 - escolaridade: 1º Grau completo

5.3 - prática em datilografia

6. CURRÍCULO

6.1 - Conteúdo Programático

6.1.1 - Técnica de Correspondência Comercial

6.1.2 - Relações Humanas no Trabalho

6.1.3 - Linguagem Aplicada

7. OBJETIVOS

Ao final do programa, o participante deve dominar as técnicas básicas da Correspondência Comercial, ou seja:

7.1 - Conhecer as condições físicas e exigências pessoais indispensáveis ao Correspondente Comercial.

7.2 - Identificar os documentos comerciais.

7.3 - Redigir diversos tipos de correspondência utilizada pelas empresas na troca de informações.

7.4 - Redigir a correspondência comercial utilizando a terminologia técnica, sem erros ou omissões.

7.5 - Encaminhar a correspondência de acordo com as exigências das indicações da empresa.

8. AVALIAÇÃO

8.1 - Assiduidade na remessa de trabalho: 100%

8.2 - Aproveitamento:

Verificação no processo - 80% de acertos para cada trabalho

Verificação final: síntese do programa - 80%

9. MATERIAL DIDÁTICO

9.1 - Manual Programado - Correspondente Comercial 1

9.2 - Manual Programado - Correspondente Comercial 2

9.3 - Manual Programado - Correspondente Comercial 3

9.4 - Guia de Estudo

9.5 - Material de Apoio

10. METODOLOGIA E DINÂMICA DO PROCESSO

Ensino por Correspondência através de textos programados com avaliação contínua no processo mediante a verificação dos trabalhos escritos e avaliação final.

O texto programado será remetido aos participantes do curso em volumes 1, 2 e 3 conforme sejam concluídas as tarefas do volume anterior.

Os trabalhos serão analisados pelo Instrutor do Centro de Teleeducação cabendo ao mesmo orientar os participantes e complementar o processo ensino-aprendizagem, mediante o envio de informações adicionais, se for o caso.

Os trabalhos que não atingirem 80% na escala de avaliação estabelecidas deverão ser refeitos.

11. DOCUMENTO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao participante aprovado de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Curso, será conferido o Certificado de Qualificação Profissional - CORRESPONDENTE COMERCIAL.

78

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
SISTEMA DE TELEDUCAÇÃO - ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA
PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE CURSO

1. DENOMINAÇÃO

- Arquivista

2. NATUREZA

- Qualificação Profissional

3. NÍVEL

- 1º Grau

4. DURAÇÃO PREVISTA

- 120 dias com possibilidade de prorrogação a critério do Centro de Teleducação.

5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA MATRÍCULA

5.1 - idade: 16 anos

5.2 - escolaridade: 6a. série

6. CURRÍCULO

6.1 - Conteúdo Programático

6.1.1 - Técnica de Fichamento

6.1.2 - Documentação

6.1.3 - Processamento de Correspondência e de Requisições

6.1.4 - Técnica de Arquivamento

7. OBJETIVOS

Ao final do programa o participante deverá estar apto a;

7.1 - Identificar e classificar documentos.

7.2 - Identificar e utilizar processos de arquivamento e localização de documentos.

7.3 - Identificar e organizar fichários.

7.4 - Identificar e utilizar procedimentos de controle de documentos, correspondência, pastas, pacotes e mapotecas.

7.5 - Organizar fichários de livros, de revistas e recortes de jornais e revistas.

7.6 - Arquivar revistas.

7.7 - Identificar e processar o fluxo de correspondência e de requisições de pastas e documentos.

7.8 - Controlar transferências e incineração de documentos.

8. AVALIAÇÃO

8.1 - Assiduidade na remessa de trabalho: 100%

8.2 - Aproveitamento:

Verificação no processo - 80% de acertos para cada trabalho

Verificação final: trabalho síntese do programa - 80% de acertos.

9. MATERIAL DIDÁTICO

9.1 - Manual "Curso de Arquivista", em 7 fascículos;

9.2 - Guia de Estudo

9.3 - Material de Apoio

10. METODOLOGIA E DINÂMICA DO PROCESSO

Ensino por Correspondência através de manual de auto-estudo, com avaliação contínua no processo mediante a verificação dos trabalhos escritos e avaliação final.

O manual será remetido aos participantes do curso, em fascículos, conforme sejam concluídas as tarefas do fascículo anterior.

Os trabalhos serão analisados pelo Instrutor do Centro de Teleeducação cabendo ao mesmo orientar os participantes e complementar o processo ensino-aprendizagem, mediante o envio de informações adicionais, se for o caso.

Os trabalhos escritos que não atingirem 80% na escala de avaliação estabelecida deverão ser refeitos.

11. DOCUMENTO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao participante aprovado de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Curso será conferido o Certificado de Qualificação Profissional - ARQUIVISTA.

10

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
SISTEMA DE TELEDUCAÇÃO - ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA
PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE CURSO

1. DENOMINAÇÃO

- Recepcionista de Crédito

2. NATUREZA

- Qualificação Profissional

3. NÍVEL

- 2º Grau

4. DURAÇÃO PREVISTA

- 120 dias com possibilidade de prorrogação a critério do Centro de Teleducação.

5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA MATRÍCULA

5.1 - idade: 16 anos

5.2 - escolaridade: 1º Grau completo

6. CURRÍCULO

6.1 - Conteúdo Programático

6.1.1 - Técnica de Serviço de Crediário

6.1.2 - Documentação

6.1.3 - Relações Humanas no Trabalho

6.2 - Atividades

6.2.1 - Exercício

6.2.2 - Estudo de Casos

7. OBJETIVOS

Ao final do Programa o participante deverá ser capaz de:

7.1 - Atender o cliente - obter informações cadastrais.

7.2 - Preencher proposta de crédito.

7.3 - Analisar os dados da proposta.

7.4 - Conceder crédito imediato com aval.

7.5 - Emitir ordem de compra.

7.6 - Analisar o pedido de crédito.

7.7 - Conferir nota fiscal.

7.8 - Emitir carnê de pagamento.

7.9 - Preencher ficha de controle.

7.10 - Dar baixa nas prestações recebidas.

7.11 - Efetuar cobrança.

8. AVALIAÇÃO

8.1 - Assiduidade na remessa de trabalho: 100%

8.2 - Aproveitamento:

Verificação no processo - 80% de acertos em cada trabalho

Verificação final: trabalho síntese do programa 80% de acertos.

9. MATERIAL DIDÁTICO

9.1 - Manual Programado - Crediário 1

9.2 - Manual Programado - Crediário 2

9.3 - Coletânea de documentos

9.4 - Guia de Estudo

9.5 - Material de Apoio

10. METODOLOGIA E DINÂMICA DO PROCESSO

Ensino por Correspondência através de textos programados com avaliação contínua no processo mediante a verificação dos trabalhos escritos e avaliação final.

O texto programado será remetido aos participantes num primeiro volume e, conforme sejam concluídas as tarefas nele contidas, será enviado o segundo volume.

Os trabalhos serão analisados pelo Instrutor do Centro de Teleeducação cabendo ao mesmo orientar os participantes e complementar o processo ensino-aprendizagem, mediante o envio de informações adicionais, se for o caso.

Os trabalhos escritos que não atingirem 80% na escala de avaliação estabelecida deverão ser refeitos.

11. DOCUMENTO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao participante aprovado de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Curso será conferido o Certificado de Qualificação Profissional - RECEPCIONISTA DE CRÉDITO.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
SISTEMA DE TELEDUCAÇÃO - ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA
PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE CURSO

1. DENOMINAÇÃO

- Vendedor Lojista

2. NATUREZA

- Qualificação Profissional

3. NÍVEL

- 1º Grau

4. DURAÇÃO PREVISTA

- 130 dias, com possibilidade de prorrogação a critério do Centro de Teleducação

5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA MATRÍCULA

5.1 - idade: 14 anos

5.2 - escolaridade: 4a. série do 1º Grau

6. CURRÍCULO

6.1 - Conteúdo Programático

6.1.1 - Técnica de Venda a Varejo

6.1.2 - Relações Humanas no Trabalho

6.1.3 - Comunicação na Venda

6.2 - Atividades:

6.2.1 - Exercícios

6.2.2 - Estudo de Casos

7. OBJETIVOS

Ao final do Curso de Vendedor Lojista, o participante estará apto a:

7.1 - Identificar as formas pelas quais a mercadoria é conhecida.

7.2 - Conhecer a técnica de conquistar a simpatia do cliente.

7.3 - Conhecer a técnica de abordar o cliente.

7.4 - Saber como identificar o interesse do cliente.

7.5 - Saber como apresentar a mercadoria ao cliente e despertar o interesse pela compra.

- 7.6 - Saber como provocar a decisão do cliente em efetuar a compra.
- 7.7 - Fechar a venda.
- 7.8 - Conhecer a técnica de despertar o interesse por uma compra adicional.
- 7.9 - Preencher a Nota Fiscal de Venda a Consumidor.
- 7.10 - Saber como formar a clientela.

8. AVALIAÇÃO

- 8.1 - Assiduidade na remessa de trabalho: 100%
- 8.2 - Aproveitamento:
 - Verificação no processo - 80% de acertos para cada trabalho?
 - Verificação final: trabalho síntese do programa - 80% de acertos.
 - Prova situacional: a critério do Instrutor. Considerações válidas do participante em situações de Venda.

9. MATERIAL DIDÁTICO

- 9.1 - Manual Programado
- 9.2 - Guia de Estudo
- 9.3 - Material de Apoio

10. METODOLOGIA E DINÂMICA DO PROCESSO

Ensino por Correspondência através de texto programado com avaliação contínua no processo, mediante verificação dos trabalhos escritos e avaliação final.

Os trabalhos serão analisados pelo Instrutor do Centro de Teleeducação, cabendo ao mesmo orientar o participante e complementar o processo ensino-aprendizagem mediante o envio de informações adicionais, se for o caso.

Os trabalhos que não atingirem 80% na escala de avaliação estabelecida deverão ser refeitos.

Ao final do programa o participante será levado a se manifestar em situações problema propostas pelo Instrutor.

11. DOCUMENTO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao participante aprovado de acordo com as normas estabelecidas no presente curso será conferido certificado de qualificação profissional - VENDEDOR LOJISTA.

4

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
SISTEMA DE TELEDUCAÇÃO - ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA
PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE CURSO

1. DENOMINAÇÃO
 - Caixa
2. NATUREZA
 - Qualificação Profissional
3. NÍVEL
 - 1º Grau
4. DURAÇÃO PREVISTA
 - 120 dias com possibilidade de prorrogação a critério do Centro de Teleducação.
5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA MATRÍCULA
 - 5.1 - idade: 17 anos
 - 5.2 - escolaridade: 1º Grau - 6ª. série
6. CURRÍCULO
 - 6.1 - Conteúdo Programático
 - 6.1.1 - Técnica de Serviço de Caixa
 - 6.1.2 - Documentação
 - 6.2 - Atividades
 - 6.2.1 - Exercício
 - 6.2.2 - Estudo de Casos
7. OBJETIVOS

Ao final do programa o participante deverá ser capaz de:

 - 7.1 - Receber pagamento, quitando o documento comprovante da operação.
 - 7.2 - Efetuar pagamento recebendo o documento quitado, comprovante da operação.
 - 7.3 - Relacionar as vendas diárias.
 - 7.4 - Registrar as operações de recebimento e pagamento.
 - 7.5 - Transferir ou depositar o saldo do dia.
8. AVALIAÇÃO
 - 8.1 - Assiduidade: remessa de trabalho - 100%

8.2 - Aproveitamento:

Verificação no processo: 80% de acertos em cada trabalho
 Verificação final: trabalho síntese do programa - 80% de acertos.

9. MATERIAL DIDÁTICO

- 9.1 - Manual Programado - Caixa 1
- 9.2 - Manual Programado - Caixa 2
- 9.3 - Manual Programado - Caixa 3
- 9.4 - Guia de Estudo
- 9.5 - Material de Apoio

10. METODOLOGIA E DINÂMICA DO PROCESSO

Ensino por Correspondência através de textos programados com avaliação contínua no processo mediante a verificação dos trabalhos escritos e avaliação final.

O texto programado será remetido aos participantes do curso, em volumes 1, 2 e 3 conforme sejam concluídas as tarefas do volume anterior.

Os trabalhos serão analisados pelo Instrutor do Centro de Teleeducação cabendo ao mesmo orientar os participantes e complementar o processo ensino-aprendizagem, mediante o envio de informações adicionais, se for o caso.

Os trabalhos escritos que não atingirem 80% na escala de avaliação estabelecida deverão ser refeitos.

11. DOCUMENTO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao participante aprovado de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Curso será conferido o **Certificado de Qualificação Profissional - CAIXA**.

Doc. 5

METAS DO 1º PLANO NACIONAL DE

AÇÃO DO SENAC

EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO

Em conformidade com estudos sobre a realidade econômico-social do país, no setor de comércio e serviços, pretende o SENAC expandir sua atuação, buscando níveis mais elevados de participação. Isto representará um esforço múltiplo de preparar maior número de profissionais para o mercado de trabalho, atender a maior número de empresas no setor de Comércio e Serviços; alcançar subsetores emergentes e dinâmicos, fora do eixo tradicional de distribuição; atingir áreas ocupacionais e postos de trabalho estratégicos para os planos de desenvolvimento econômico e social. Enfim, crescer em direções e dimensões diversificadas.

Em consequência, o SENAC deverá valer-se de recursos ~~basicamente~~ distribuídos e ^{da} dinamização dos programas de formação profissional, de forma a corresponder mais agilmente aos estímulos produtivos que serão lançados. Embora seja difícil estimar a demanda real, em todas as suas faces, pela inexistência de informações atualizadas, objetivas e diretas, os diagnósticos do setor terciário, levados a efeito pelo SENAC, demonstraram amplas possibilidades de expansão da faixa de atendimento, seja pelo crescimento natural dos subsetores tradicionais, seja pela emergência de novos campos de trabalho produzidos pela crescente complexificação da economia brasileira.

Considerados os níveis da demanda e as possibilidades de ampliação da capacidade produtiva do SENAC, estimou-se um crescimento médio anual da matrícula em 15,6%, significando o alcance de 1.800.000 matrículas no triênio 76/78.

Verifica-se que a distribuição da força de trabalho no setor terciário conforma-se ao seguinte perfil:

(1970)

	ABS.	%
Região Norte	325.342	2,9
Região Nordeste	2.240.987	20,0
Região Sudeste	6.364.585	57,0
Região Sul	1.707.900	15,3
Região Centro-Oeste	532.625	4,8
TOTAL	11.171.439	100,0

Os índices de participação regional no produto, entretanto, demonstram que o Nordeste situa-se abaixo da Região Sul, representando assim a área de maior desequilíbrio e baixa produtividade.

O estabelecimento das metas de produção do SENAC observou a conjugação de algumas variáveis determinantes: os níveis de emprego e de atividade; o dinamismo regional dos planos de desenvolvimento; as possibilidades objetivas de ampliação da capacidade produtiva das Administrações Regionais; o nível de participação institucional no processo de desenvolvimento. Mais especificamente se considerou: a evolução da matrícula do SENAC, por regiões; a disponibilidade orçamentária; a possibilidade de implantação de metodologias alternativas, capazes de sustentar o incremento de matrícula sem perda de qualidade.

Foram determinadas as seguintes metas quantitativas, por Região e Administração Regional, tendo em vista a meta global de 1.800.000 matrículas a ser atingida no período de vigência do 1º PNAS.

METAS FÍSICAS DO PNAS

AA.RR.	1976	1977	1978	TOTAL
AM	6.040	8.450	9.670	24.160
PA	10.000	15.400	23.600	49.000
MA	5.000	6.000	7.500	18.500
PI	4.500	5.500	7.000	17.000
CE	9.000	11.000	13.000	33.000
RN	5.500	6.500	7.500	19.500
PB	4.500	5.500	7.000	17.000
PE	12.000	14.000	16.000	42.000
AL	5.000	6.000	7.000	18.000
SE	4.000	5.000	6.000	15.000
BA	12.000	14.000	16.000	42.000
MG	40.000	52.000	58.000	150.000
ES	7.000	8.000	10.000	25.000
RJ	71.936	83.308	94.756	250.000
SP	185.000	205.000	240.000	630.000
PR	45.000	51.500	55.000	151.500
SC	11.000	13.100	15.500	39.600
RS	46.000	52.400	56.000	154.400
GO	11.000	13.000	15.000	39.000
MT	9.024	12.142	14.174	35.340
DF	8.000	10.000	12.000	30.000
REGIÃO NORTE	16.040	23.850	33.270	73.160
REGIÃO NORDESTE	61.500	73.500	87.000	222.000
REGIÃO SUDESTE	303.936	348.308	402.756	1.055.000
REGIÃO SUL	102.000	117.000	126.500	345.500
REGIÃO CENTRO- OESTE	28.024	35.142	41.174	104.340
BRASIL	511.500	597.800	690.700	1.800.000

Por região, as metas apresentam a seguinte estrutura:

	Abs.	%
N (AM-PA-AP)	73.160	4,06
NE (MA-PI-CE-RN-PB-PE-AL SE-BA)	222.000	12,33
SE (SP-RJ-ES-MG)	1.055.000	58,62
S (PR-SC-RS)	345.500	19,19
CO (MT-GO-DF)	104.340	5,80
BRASIL	1.800.000	100%

A matrícula estimada, por ano, ficou assim distribuídas:

1976 - 511.500
1977 - 597.800
1978 - 690.700

A divisão dessas metas, regionalmente, foi estabelecida em Reuniões Conjuntas de Planejamento, de acordo com as possibilidades imediatas de cada DR.

A expansão no sentido de diversificação da atuação será atendida pela observação dos parâmetros de programação definidos no roteiro para elaboração dos planos estaduais (PAAR).

Componentes da meta Expansão:

1. Elevação da matrícula

O número de matrículas deverá elevar-se a níveis de terminados, aproximando-se do perfil da demanda de mão de obra no setor de comércio e serviços agregados.

2. Diversificação das áreas de atuação

Os tipos de cursos e outras formas de serviços deverão propiciar o atendimento ou o fornecimento de pessoal qualificado para os diferentes subsetores da economia terciária, naturalmente segundo prioridades e proporções determinadas.

3. Diversificação dos serviços

As formas de atuação do SENAC deverão ampliar as oportunidades de utilização por parte da demanda. Isto deve ser evidenciado pelo número de cursos e outros serviços e pelo grau de abrangência da estratificação ocupacional.

INTEGRAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

O padrão de crescimento econômico produz consequências diretas sobre o nível e a estrutura do emprego. Por sua vez, o processo de modernização gera uma estrutura diferenciada e heterogênea, reunindo estratos de alta produtividade ao lado de outros pouco produtivos. Os próprios efeitos da incorporação, do progresso técnico não atingem todo o setor ou ramo em conjunto, mas apenas algumas empresas dentro dele.

Sabe-se também que as oportunidades educacionais não criam, por si sós, emprego ou melhoria na distribuição de renda. Assim sendo, devem os programas de formação profissional acompanhar o marco das medidas planejadas para alcançar os objetivos prioritários mais gerais.

Uma característica básica da política de formação profissional, no contexto de uma estratégia de emprego, deve ser seu traço flexível e particular, de forma a atender às necessidades específicas dos distintos setores do mercado de trabalho. Através dessa integração pode a formação profissional participar decisivamente no processo de desenvolvimento econômico do país, preparando a mão de obra requerida pelos diferentes estratos produtivos.

A estratégia impõe uma ação dicotômica: preparo de recursos humanos de nível elevado, capazes de atender ao padrão de estruturas produtivas modernas; e promoção de melhor desempenho ocupacional da mão-de-obra situada nas amplas camadas do setor urbano tradicional, formado por pequenas e médias empresas.

Os planos de desenvolvimento econômico do país, in-

tegrados no II PND, promoverão importantes transformações no processo produtivo, com repercussões necessárias no perfil do emprego. Até 1979 serão geradas 6.600.000 novas oportunidades de trabalho, cabendo aos setores secundário e terciário um papel determinante na política de absorção de mão-de-obra. Aos novos empregos, alcançando a média anual de 1.320.000, devem-se acrescentar o aperfeiçoamento da mão-de-obra já empregada e a reciclagem de pessoal para novas funções geradas pela transformação econômica.

Para atingir a meta de Integração ao Desenvolvimento deverá o SENAC promover maior aproximação com as empresas de comércio e serviços, possibilitando o ajustamento imediato das programações à realidade tecnológica e organizacional do processo de produção. No mesmo sentido, a atuação do SENAC deverá guardar consonância com as diretrizes governamentais de formação profissional, colaborando também com as organizações sindicais e outras agências do desenvolvimento econômico do país.

Componentes da meta Integração

1. Utilização de Informações

Grau de aproveitamento de dados referentes ao desenvolvimento econômico e social do país no processo de programação das atividades e na formulação de estratégias.

2. Aproximação com a Empresa

Volume e diversidade dos contatos que o SENAC estabelece com as empresas, seja de forma direta ou promocional.

3. Adequação das programações às prioridades do desenvolvimento

Número de cursos e outras atividades que atendam às áreas mais dinâmicas da economia e às funções mais estratégicas.

DESESCOLARIZAÇÃO

A natureza da formação profissional requer a adoção de soluções técnicas bastante particulares, que se distinguem daquelas encontradas pelo ensino formal. A necessidade de vincular-se ao desenvolvimento das forças produtivas dá à formação profissional uma dinâmica própria, que não se confunde com o sentido linear do outro. Mesmo o binômio continuidade - terminalidade recebe tratamento diferente, que não o vincula a uma estrutura pré-determinada, mas representa o traço mais efetivo e direto de abertura de oportunidades, a partir de uma organização formativa flexível e ágil. [A desescolarização tem, assim, o sentido de desformalização, de quebra dos condicionamentos e determinações formais.] Objetivamente, significa dar prioridade às formas educacionais desenvolvidas fora das salas de aula e adoção de currículos mais próximos do processo real de trabalho. Os Centros de Formação Profissional (CFP) deverão adotar organização funcional flexível e diversificada, atuando também como centros de operações através de outras modalidades, integrando-lhes a ação e promovendo, ao mesmo tempo, a expansão das oportunidades de treinamento e a otimização dos recursos educacionais disponíveis.

A estratégia de desescolarização implica nos seguintes compromissos:

Programação das atividades e partir de diagnósticos sócio-econômicos, dando à atuação do SENAC o sentido objetivo de correspondência ao padrão de desenvolvimento do país.

Utilização ampla e integrada das modalidades operativas, proporcionando maior aproveitamento dos recursos técnicos e financeiros da Entidade.

Adoção de metodologias próprias da formação profissional, capazes de reproduzir as condições reais de trabalho e superar as limitações do operacionalismo estreito.

Preparação e utilização de instrutores dentro de pa-

drões pedagógicos redefinidos e voltados para o relacionamento direto com o mundo do trabalho.

Revisão dos critérios de avaliação técnica e institucional a partir de uma concepção aberta e flexível do processo educativo, e da dicotomia qualidade-quantidade pelo aperfeiçoamento dos instrumentos metodológicos instrucionais.

Otimização operacional dos CFPs pela criação de ambientes flexíveis e polivalentes que permitam diversificar o uso e possibilitar o pleno aproveitamento dos recursos.

Atuação ampla das unidades móveis, elevando a flexibilidade do sistema de produção e possibilitando maior aproximação com as fontes da demanda e com os níveis reais da necessidade de treinamento profissional.

Incremento da capacitação no próprio emprego, que oferece vantagens como a melhor adequação dos conteúdos técnicos transmitidos e integração do conhecimento com a prática.

Caracterização da empresa pedagógica como instrumento substantivo de desescolarização, enquanto incorpora as funções típicas da realidade empresarial do comércio e serviços.

Recurso à educação à distância, consideradas as possibilidades de utilização dos veículos de comunicação existentes no sistema nacional e a adoção de metodologias e instrumentos capazes de atingir maior número de pessoas em menor tempo, resguardados os padrões de qualidade necessários.

Componentes da meta Desescolarização

1 - Utilização dos CFPs

Grau de diversificação da utilização e de integração com outras modalidades.

2 - Utilização de Modalidades Operativas

Número de modalidades utilizadas; número de cidades e pessoas alcançadas, respectivamente; grau de integração entre modalidades.

3 - Utilização de Metodologias

Grau de inovação metodológica; grau de integração entre metodologias.

INTEGRAÇÃO CURRICULAR

A formação profissional tem como característica básica o trato com categorias ocupacionais integrantes do mercado de trabalho. Este, por sua vez, configura-se como uma estrutura em evolução, onde o processo típico é a crescente complexidade e diferenciação funcional. Os estágios do desenvolvimento econômico determinam níveis diferentes de organização do trabalho e portanto de estratificação das ocupações. Essa variação se verifica regional e setorialmente. Assim, a mesma ocupação aparece em empresas diferentes com distintos graus de abrangência. E famílias ocupacionais dividem suas tarefas comuns de diferentes formas. Somente a pesquisa de campo fornece as informações necessárias para que a estruturação das atividades do SENAC possa corresponder à realidade do mundo do trabalho. Esse ajustamento obtém-se pela integração curricular modulada, de modo a permitir a transitividade profissional, seja a nível de formação, aperfeiçoamento, especialização ou reciclagem. Pretende-se que o elemento humano tenha condições de responder às diferentes manifestações do mercado de trabalho, ampliando assim suas oportunidades de emprego e atendendo aos requisitos da demanda de mão-de-obra.

Outro sentido de integração curricular refere-se à conjugação de componentes técnicos distintos - como orientações pedagógica e profissional, conteúdos programáticos, metodologias etc - do processo educacional, dentro de uma visão abrangente e globalizante de currículo.

Dentro da concepção estratégica do planejamento, a integração curricular significa também a definições de critérios a nível nacional, possibilitando a incorporação de experiências produzidas em qualquer parte do sistema SENAC, redefinidas em termos dos diferentes graus do desenvolvimento em cada região ou Estado do país.

Do ponto de vista das metas, concorre para a flexibilidade do sistema produtivo, possibilitando a ampliação das oportunidades alternativas de treinamento.

Componentes da meta Integração Curricular

1. Diversificação de metodologias

O número de instrumentos de ensino disponíveis permite maior eficiência do treinamento. Para um mesmo curso caberá a verificação das possibilidades metodológicas alternativas.

2. Inovação

O número de recursos criados experimentalmente indica a capacidade de inovação do sistema.

Número de programas que introduziram novas técnicas pedagógicas.

3. Articulação dos recursos

O nível de alternativas de trabalho deve estar bastante articulado de forma a que possam os instrumentos metodológicos se reforçarem mutuamente. Os resultados da utilização de um determinado recurso devem poder somar-se aos resultados de outros.

4. Modulação curricular

Os cursos devem estar articulados em famílias e níveis, de forma que a passagem ou sucessão entre eles tenha sentido acumulativo e terminal. O número de alternativas possíveis fornecerá o índice de modulação.

FLEXIBILIZAÇÃO

O SENAC é hoje uma organização complexa. Sua rede física alcança uma área construída de m², compreendendo sedes administrativas, centros educacionais, hotéis-escola, restaurantes-escola, mini-centros, supermercado-escola, salões de beleza-escola, além de unidades móveis, centros locais, tele-educação e atuação nas próprias empresas comerciais. Sua estrutura funcional já é bastante diferenciada, incluindo diversos estágios e níveis decisórios. Acresce ainda a atual implantação do planejamento integrado, envolvendo novos processos produtivos, expansão dos serviços prestados, articulação interdepartamental e ampliação das áreas de atuação.

Esse conjunto de fatores determina a necessidade de adotarem-se fórmulas ágeis de organização do trabalho, de modo a evitar a cristalização das estruturas e promover a elevação da produtividade dos recursos humanos disponíveis. Assim pretende-se:

Uma estrutura organizacional dentro da perspectiva sistêmica, condicionando a atuação do SENAC a três idéias fundamentais: totalidade, unidade e interdependência das partes.

Descentralização do processo decisório a níveis de responsabilidade compatíveis com a hierarquia, através de um processo de descrição de atribuições e autoridade dos cargos que diminua o número de passos existentes na realização do trabalho.

Racionalização dos fluxos administrativos de modo que as atividades de produção sejam supridas, em tempo, de suas necessidades.

Componentes da meta Flexibilização

1. Descentralização do processo decisório

Redução do número de decisões de rotina que alcançam os níveis mais altos da administração e oneram a disponibilidade

de dos dirigentes. Racionalização da delegação de autoridade.

2. Desburocratização

Redução do número de passos percorridos pelos expedientes, bem como o de pareceres. Redução do tempo médio entre solicitação de serviço e início dele. Redução do excesso de formulários e dados a preencher.

3. Agilização das estruturas

Flexibilidade na formação de equipes de trabalho e no deslocamento de recursos humanos.

4. Utilização de informações

Quantidade de informações veiculadas em função de objetivos e níveis decisórios.

5. Grau de racionalização do trabalho

Cálculo de tarefas e número de executantes, por tempo de execução. Verificação de adequação entre volume de recursos humanos e grau de prioridade das tarefas.

A flexibilização responde também pelo sentido de integração que o planejamento assume:

Centralização do plano estratégico, da coordenação geral e do controle global das atividades, e descentralização dos planos táticos, da execução e dos controles específicos.

Integração de esforços na consecução conjunta de vários Departamentos Regionais de programas cuja amplitude exija a conjugação e distribuição de recursos. Estabelecimento de Centros de Coordenação de Ensino a longa distância (ensino por correspondência, TV-Educativa) por região geo-econômica; integração e utilização regional de empresas pedagógicas, e produção interestadual de material didático.

INTERDISCIPLINARIDADE

As responsabilidades técnicas necessárias à administração da formação profissional não encontram ainda plena correspondência com os currículos acadêmicos universitários do país. Da mesma forma, a abordagem dos recursos humanos ampliou nos dias de hoje sua concepção teórica, incluindo conhecimentos e metodologias que estão distribuídos em diferentes campos de especialistas.

Por outro lado, o grau de complexidade que vem alcançando a estrutura tecno-administrativa do SENAC impõe a adoção de recursos instrumentais que promovam o rompimento de possíveis compartimentalizações operacionais e a articulação funcional em novos padrões de desempenho cooperativo.

O PNAS incentivará experiência de interdisciplinaridade e organização funcional, com base na diversificação de especialistas, promovendo a prevalência do global e dos objetivos gerais sobre os específicos.

A abordagem interdisciplinar é condição fundamental para assegurar um planejamento integrado.

Componentes de meta Interdisciplinaridade

1. Diversificação profissional

Número de profissionais de diferentes formações que participam de uma mesma unidade de ação.

2. Integração funcional

Número de diferentes unidades funcionais que participam de determinada ação, e forma de organização das diferentes participações.